

ARAÚJO-ADRIANO, Paulo Ângelo. Resenha de “Mudança sintática do português brasileiro: perspectiva gerativista”, organizado por Sonia Cyrino e Maria Aparecida Torres Moraes. *ReVEL*, vol. 17, n. 32, 2019. [www.revel.inf.br]

**RESENHA DE *MUDANÇA SINTÁTICA DO PORTUGUÊS  
BRASILEIRO: PERSPECTIVA GERATIVISTA*, ORGANIZADO POR  
SONIA CYRINO E MARIA APARECIDA TORRES MORAIS**

**Paulo Ângelo de Araújo-Adriano<sup>1</sup>**

pauloangeloaa@gmail.com

**INTRODUÇÃO**

Publicado em 2018, o volume 6 da coleção História do português brasileiro demonstra o que foi consolidado por muito tempo sobre Sintaxe Diacrônica nos cursos de Pós-Graduação na Unicamp, na década de 1990. Sonia Cyrino e Maria Torres Moraes, organizadoras do sexto volume, oferecem ao leitor uma obra fundamental para se compreender o funcionamento do português brasileiro, mesmo para aqueles que não são adeptos à teoria gerativa.

Segundo as organizadoras, linguistas estudando o PB encontram na sua jornada científica contornos muito particulares. Além de terem que olhar para o passado, um olhar atento ao presente da língua não pode passar despercebido: o PB sofreu um processo de normatização considerável no século XIX, por exemplo, logo fatores externos aliados a fatores estritamente linguísticos precisam e, na verdade, foram incorporados, em busca de se desenvolver uma ciência ideal. Nesse sentido, o NURC (Projeto de Estudo da Norma Urbana Linguística Culta), nos anos 1970, serviu de um laboratório rico para a pesquisa linguística no Brasil, que caracterizou, de certa forma, a variedade brasileira do português. Ainda sobre a jornada científica do

---

<sup>1</sup> Aluno de doutorado do Programa de Pós-graduação em Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

linguista d'aquém mar, a língua-I (internalizada) do brasileiro, que teve sua GN (Gramática Nuclear) nutrida pelos dados da língua-E (externalizada), parece ser profundamente diferente da gramática encontrada no ambiente escolar, sendo até mesmo considerada como uma segunda língua, incorporada em uma periferia marcada. É nesse cenário que os cientistas diacrônicos da linguagem acabam encontrando um laboratório equipado para se debruçar, tendo na sua lamínula de análise uma amostra rica que, por exemplo, possibilitou que muitos resultados, ou, mais importante, muitas perguntas, fossem alcançadas neste volume.

Assim, como qualquer ciência séria, cujo conhecimento é adquirido via observação, este volume se vale de análises profundas de *corpora* de grandes projetos históricos que levaram em consideração diferentes gêneros discursivos, modalidade (oral ou escrita), explicitando, indiretamente, como se faz uma linguística diacrônica. O volume **Mudança sintática do português brasileiro: perspectiva gerativista** reúne nove capítulos com análises variadas que criam fotografias linguísticas de alta resolução, levando o leitor a uma fascinante viagem ao tempo. Todos os capítulos têm em comum o fato de que analisam os *corpora* PHPB, muito embora a região tenha sido diferente para cada pesquisador.

Por se tratar de um projeto, cujo objetivo central foi descrever a realidade linguística do PB pelos *corpora* do PHPB, esta resenha se preocupou com os detalhes dos dados analisados pelos pesquisadores, pois eles são capazes de delinear um percurso histórico da verdadeira gramática brasileira. Além disso, tivemos o cuidado de dar uma atenção maior para salientar os diferentes comportamentos linguísticos nas várias regiões que compõem o *corpus* do PHPB. Este sexto volume é relativamente uma obra grande e, conseqüentemente, uma obra rica em detalhes – nas suas 478 páginas há nove capítulos de pesquisadores analisando fenômenos diferentes e dando uma atenção para as particularidades linguísticas de cada região (do *corpus* do PHPB) do Brasil analisada.

## **CAPÍTULO 1 – O SUJEITO NULO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

O primeiro capítulo, **O sujeito nulo no português brasileiro**, assinado por Maria Eugênia Duarte, tem como objetivo analisar o sujeito de 3ª pessoa, foneticamente nulo ou realizado, em cartas de leitores publicadas no Ceará,

Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Santa Catarina, entre os séculos XIX e XX. Sem dúvidas, Duarte é autoridade quando se fala de sujeito nulo no Brasil, contribuindo para os estudos sobre sujeito desde a publicação do capítulo **Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil**, em 1993.

Duarte começa seu capítulo tecendo um breve panorama dos estudos de sujeito nulo na tradição da gramática gerativa, chamando a atenção para as várias propostas de parametrização em relação ao tema. A autora perpassa pelos subparâmetros de Rizzi (1982, 1986), pelo trabalho clássico sobre o chinês de Huang (1984), que, de certa forma, mudou o rumo do jogo do parâmetro do sujeito nulo, a uniformidade morfológica dos paradigmas verbais de Jaeggli e Safir (1989b), à inclusão de um paradigma funcionalmente rico de Roberts (1993), à hierarquia de parâmetros de Holberg e Sheehan (2010b), à noção de microparâmetros de Roberts (2012) e às hierarquias de parâmetros de Biberauer et al. (2014). Duarte enfatiza a todo momento que as várias tentativas em propor um parâmetro do sujeito nulo se mostram um pouco complexo para o PB, que seria considerado uma língua de sujeito nulo parcial.

Na sua próxima seção, a autora apresenta alguns estudos de sujeito nulo sobre o PE e o PB e mostra que há uma diferença entre a fala lusitana (DUARTE, 1995, 2000), que apresenta índices de sujeito nulo praticamente idênticos para a 1ª, 2ª e 3ª pessoa, e o PB, que teve o licenciamento e a identificação do sujeito nulo redefinidas principalmente devido à redução do quadro pronominal e a gramaticalização de *vossa mercê* e *a gente*, constatação já presente no seu capítulo em Duarte (1993), cujos resultados sugerem que há uma redução do paradigma flexional, a partir de 1930, com a opção por *você*, e no fim do século XX, com a ascensão de *a gente* em oposição a *nós*. Nessa seção também são apresentadas algumas propostas para o sujeito nulo no PB, propondo/explicitando a atuação de uma hierarquia de referencialidade (Cyrino, Kato e Duarte, 1993), a preferência de apagamento do sujeito de 3ª pessoa com traços [+humano/+específico] (Duarte, 2012), reflexões teóricas sobre o fenômeno (Kato e Negrão, 2000), a natureza parcialmente *prodrop* do PB (Kato, 2000), a não homogeneidade do sujeito nulo parcial no PB (Figueiredo Silva, 2000), a rejeição ao enfraquecimento da morfologia flexional como responsável por aproximar o PB às línguas orientadas ao discurso (Negrão e Viotti, 2000) e o não licenciamento do sujeito pela morfologia flexional (Modesto, 2000, 2008).

Na esteira de Barbosa, Duarte e Kato (2005), Maria Eugênia traz alguns padrões que vão do antecedente mais acessível até o menos acessível. O Padrão 1 (P1) é o sujeito tendo seu antecedente na matriz ou na encaixada, na mesma função, independente de c-comando, (*Agora [ele]<sub>i</sub> não vai mais poder dizer as coisas que [ele]<sub>i</sub> queria dizer*). O Padrão 2 (P2) é o sujeito tendo antecedente, com a mesma função no período anterior ou é um tópico marcado (*E [as histórias infantis]<sub>i</sub>? [Elas]<sub>i</sub> estão ficando tão avançadas...*). O Padrão 3 (P3) estabelece que o antecedente é o sujeito de uma oração não adjacente no contexto precedente, isto é, há uma ou mais orações intervenientes (*Oh, mas que culpa tem ela? Mais tenho eu, já que fui tão tola, que casei-me sem indagar quem ele<sub>i</sub> era. Queira Deus que este exemplo aproveite a muitas incaustas! Patife, agora  $\emptyset$ <sub>i</sub> anda escondido... Ai, estou cansada... Mas  $\emptyset$ <sub>i</sub> não escapará da cadeia... seis anos de cadeia*). Por fim, o Padrão 4 (P4) sugere que o antecedente está na oração precedente/adjacente, mas tem uma função diferente da de seu sujeito (*Quero parar com [essas aventuras]<sub>i</sub>. Elas<sub>i</sub> não me levam a nada*).

Maria Eugênia apresenta os dados de Duarte, Mourão e Santos (2012), atestando que P1 e P2 favorecem o sujeito nulo ao longo das metades dos séculos 19 e 20<sup>2</sup>. Na segunda metade do século 20, parece haver uma mudança, no sentido de que todos os padrões se alteram. Como em uma língua de sujeito nulo consistente, o traço semântico do referente não deveria ser uma questão, porém Duarte, Mourão e Santo analisam a hierarquia proposta por Cyrino, Duarte e Kato (2000), a partir das combinações de traços [ $\pm$  humano] e [ $\pm$  específico]. As autoras mostram que a combinação [-hum/+esp] apresenta o maior índice de sujeito nulo em 19,1/19,2 e 20,1, enquanto [+hum/+esp] apresenta os índices mais baixos. Segundo Duarte, os resultados sugerem que perdemos o comportamento de uma língua de sujeito nulo para uma língua de sujeito nulo parcial. Em Duarte (1993, 2012), os resultados revelam um declínio considerável na ocorrência de sujeito nulo de 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> pessoa, o que corrobora os resultados de sujeitos nulos de acordo com os padrões (P1, P2 e P3) deste capítulo. Uma vez que o traço semântico não deveria influenciar a presença/ausência de sujeito, o aumento do favorecimento de sujeito preenchido pelos traços [-anim/+esp] deveria ser excluído em uma língua de sujeito nulo

---

<sup>2</sup> Assim como Duarte, usamos aqui 19,1 para primeira metade do século 19; 19,2 para segunda metade do século 19; 20,1 para primeira metade do século 20 e 20,2 para segunda metade do século 20.

consistente. Ademais, o sujeito nulo de um verbo na 3ª pessoa é identificado como genérico, caso não haja nenhum antecedente. Essa e outras considerações levam Duarte a sustentar a hipótese de Biberauer (2010) e Roberts e Holmberg (2010), para quem línguas de sujeito parcial não são homogêneas e requerem um exame mais detalhado.

Na próxima seção, Eugenia Duarte apresenta as propriedades das construções analisadas, levando em consideração as propriedades do finlandês: (a) só sujeito de 1ª e 2ª pessoa pode ser livremente nulo; (b) sujeito de 3ª pessoa pode ser nulo se houve um antecedente mais alto hierarquicamente; (c) na falta de um antecedente, o sujeito nulo é genérico; (d) sujeito não argumental e quase argumental são nulos. Comparando essas propriedades, Duarte (1990) mostra que a propriedade (a) também é encontrada no PB, com alo índices; a (b) também é atestada no PB, pelos Padrões 1 e 2, muito embora os sujeitos nesses contextos sejam preenchidos; a propriedade (c) também é atestada no PB; e, por fim, a propriedade (d) exhibe variação no PB. Por fim, Duarte apresenta alguns efeitos colaterais da mudança paramétrica, a partir de análises de amostras diacrônicas: a co-ocorrência de orações existenciais e *ter* pessoal (Callou e Avelar, 2000); competição entre expletivo nulo e sujeito alçado (Henriques, 2012); alçamento de locativos (*meu vaso nasceu um pé de jambo*), dativos (*meu Outlook está acontecendo um problema*) e genitivos (*esses rios estão subindo o nível da água*) em estruturas inacusativas. Fechando essa seção, Duarte afirma podermos acreditar que “a mudança paramétrica tenha sido efetivada e os sujeitos nulos atestados sejam residuais”.

A amostra analisada por Eugênia Duarte é composta por cartas de leitores de jornais escritos nos estados de Ceará, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Santa Catarina, ao longo do século XIX e XX. O interesse de Duarte é investigar a competição entre o sujeito nulo e o pronome pessoal de 3ª pessoa, além do uso de DPs lexicais anafóricos. A análise dos dados (1.042 dados) foi feita a partir dos fatores de padrões (P1, P2, P3), os traços semânticos do sujeito [ $\pm$  humano] e [ $\pm$  específico], a estrutura do CP em que o sujeito está, tipo sintático do verbo e tempo verbal, número do sujeito (singular/plural) e posição do sujeito expresso.

Os resultados gerais parecem mostrar que as ocorrências de sujeito nulo diminuíram ao longo do tempo (68% no século XIX e 58% no século XX), além disso, ao contrário, o uso de DP lexical anafórico aumentou (15,5% no século XIX e 27,5%

no século XX). A diferença entre os séculos, no que diz respeito à distribuição dos sujeitos de 3ª pessoa, é de 10%. Quanto ao posicionamento dos pronomes e dos DPs, no caso anteposto *versus* posposto, houve, em geral, preferência da ordem pronome\_verbo, e o índice de DP\_verbo aumentou ao longo do tempo, o que está compatível com a perda da ordem VS.

Os fatores do padrão sentencial e os traços do semânticos do referente, cruzados com o período de tempo, foram explorados de forma mais evidente. Duarte mostra que no Padrão sentencial 1, houve índices muito altos de sujeito nulo, havendo uma queda leve em 20,2. Quanto ao Padrão 2, os índices de sujeito nulo decaem, e os DPs, até 19,1 superados pelos pronomes, passam a ser superior. Grosso modo, nos demais padrões (P3 e P4), os sujeitos nulos continuam superando pronomes. Quanto ao traço do referente, os resultados trazem evidências de que considerando o pronome e o DP pleno, o sujeito nulo é mais baixo com o referente de traço [-humano], o que difere das peças de teatro e da fala espontânea. Excluindo os DPs, os índices de sujeito nulo são favorecidos pelo traço [+humano]: sujeito nulo com traço [-humano] tem índices baixos e, segundo Duarte (p. , “já anunciam um comportamento que distingue o PB das línguas românicas que rejeitam um pronome pessoal com esse traço”.

Finalmente, Eugenia Duarte chega à conclusão de que a amostra analisada do PHPB reflete estágios anteriores da gramática do PB e ainda frisa que tal comportamento poderia ser o de uma língua de sujeito nulo consistente, exceto por permitir sujeito pronominal com traço [-humano]. A autora também responde *sim* e *não* às duas perguntas a que se propôs a responder no começo do capítulo: (i) INFL tem o traço [+pessoa]? (ii) Os traços-phi são especificados em T? *Sim* até os anos 1950, o que explica a ocorrência de nulos não argumentais e referenciais, *não* a partir dos anos 1970, o que explica sujeitos expletivos nulos (sem restrição) e sujeitos nulos referenciais (com restrição). Assim, Duarte sugere que nossos sujeitos nulos se parecem com os de línguas como o chinês e o japonês, uma vez que os referenciais são identificados por um elemento proeminentemente no discurso e os expletivos acabam obedecendo a sua não realização, caso não haja um valor referencial. Dessa maneira, a autora finaliza o capítulo comparando os resultados apresentados com os das peças de teatro, em que as cartas do PHPB são bastantes conservadoras, já que a mudança em direção a pronomes expressos na escrita é bem mais lenta que nas

peças, amostra de escrita mais próxima da fala, muito embora já esteja um pouco adiantada em relação à 3ª pessoa.

## CAPÍTULO 2 – SENTENÇAS POSSESSIVAS E EXISTENCIAIS

O segundo capítulo é de autoria de Juanito Ornelas Avelar, que desde 2002 vem trabalhando com sentenças existenciais, possessivas e temporais veiculadas pelos verbos *ser*, *ter*, *haver* e *estar*. Nesse segundo capítulo, **Sentenças possessivas e existenciais**, o autor focaliza os diferentes aspectos na sintaxe de sentenças existenciais e possessivas com os verbos *ter*, *haver* e *estar*, a partir do século XIX, no PB em Pernambuco, Bahia, Ceará, Rio de Janeiro e São Paulo, pelos *corpora* do PHPB.

Na primeira seção, Avelar apresenta um panorama descritivo das sentenças possessivas, existências e de tempo decorrido. Segundo o autor, as sentenças possessivas canônicas são realizadas pelo verbo *ter*, mas sendo também possível com a locução *estar com* – a diferença entre as duas estruturas é que a primeira parece veicular uma posse mais duradoura, enquanto a segunda uma posse transitória (*Aquele rapaz **tem** olhos azuis versus aquele rapaz **está com** olhos azuis*). Como lembra Juanito, o sentido de posse usado não pode se restringir à noção de posse atribuída pelo verbo *possuir*. Isso porque, por exemplo, a construção com *ter* pode ser tomada como inerentemente possessiva (*O Pedro **tem** um livro*), ao mesmo tempo que essa interpretação não precisa ser veiculada. É o caso de *O Pedro **tem** professores muito bons*, em que não é o caso de que Pedro possua professores muito bons. Além disso, tanto o verbo *ter* quanto a locução *estar com* podem remeter a uma relação (i) possuidor-possuído (*Meu amigo **tem/está com** um carro*), (ii) todo-parte (*A porta da minha casa **tem/está com** a maçaneta solta*), (iii) continente-conteúdo (*Aquele copo **tem/está com** água*), (iv) controlador-controlado (*O marido **tinha/estava com** todo o dinheiro da esposa dentro da carteira*), (v) experienciador-experiência (*Os alunos **têm/estão com** medo da prova*). Isso seria o principal argumento, de acordo com Avelar, para considerar esses verbos como verbos leve, isto é, verbos sem (ou de reduzida) força predicativa.

Quanto às sentenças existenciais, o autor afirma que as canônicas são realizadas por *ter* no PB, diferentemente do PE, que é *haver*. Novamente, o conceito de existência não é bem delineado nas construções com *ter* e *haver*, pois nem sempre há uma relação direta com a noção existencial atribuída pelo verbo *existir* (**Teve/#houve/#existiu** *muito docinho na festa que a Maria deu*). Além da ideia existencial em construções impessoais com o verbo *ter*, sentenças em que esse verbo traz um sujeito e que podem ser analisadas como possessivas também servem de existência. É o caso de **Tem/há** *muitos peixes naquela lagoa*. Os estudos de Avelar e Callou (2007a) e Avelar (2005) mostram que na fala carioca não há diferença significativa entre a “fala culta” e a “fala popular” no que se refere às construções *ter* e *haver*. Callou e Avelar (2000), por exemplo, sugerem que a mudança relativa à superposição de *ter* a *haver* já foi concluída. Para tanto, os autores fazem uso de dois fatores intralinguísticos: tempo verbal e especificidade semântica do argumento interno – o tempo passado favorece a ocorrência de *haver* (em 1970 e 1990), muito embora *ter* tenha ganhado força na virada de uma década à outra. Além disso, Callou e Avelar (2000) afirmam que, na fala carioca, *haver* se tornou um verbo típico de narração – privilegiado pelo pretérito – e *ter* tem “trânsito livre” em qualquer contexto, narrativo ou não. Em relação à especificidade do argumento interno, a ocorrência de *haver* é favorecida por argumentos de traço [-material], isto é, abstrato e evento, enquanto *ter* se relaciona com qualquer tipo de argumento. Por fim, Juanito aponta o fato de que não se é muito discutido a possibilidade de veicular existência pelos verbos *ser* e *estar*, como em *Lá no Rio de Janeiro é uma violência terrível*.

Os verbos *ter*, *haver* e *estar com* também veiculam tempo decorrido, isto é, “o intervalo entre um estado de coisas necessariamente expresso no enunciado e um determinado ponto (nem sempre explícito no enunciado) do eixo temporal anterior a esse estado” (p. 85). O autor traz os resultados do seu trabalho de 2012 (Avelar, 2012), em que mostra que entre as décadas de 70 e 90 do século XX, na fala carioca, a maior ocorrência de tempo decorrido é com o verbo *haver* (79%) *versus* com o verbo *ter* (21%). O mais interesse desses resultados é que os falantes com maior grau de instrução tendem a diminuir o uso de expressões com tempo decorrido pelo verbo *haver* (de 100% para 77%), enquanto no mesmo período o verbo *ter* aumentou 23% (de 0% a 23%). Outra observação curiosa é quando se analisa a faixa etária: entre a década de 70 e 90, a terceira faixa etária (com mais de 56 anos) usa em 100% das



temporais decorridas o verbo *haver*, ao passo que a segunda faixa (entre 36 e 55 anos) o uso cai para 86% de 100%, e para 75% na primeira faixa (menos de 36 anos). Isso leva Avelar a pensar que a emergência das expressões de tempo decorrido parece ser o reflexo de algum tipo de mudança em progresso. Quanto à expressão *estar com*, embora essa estrutura seja quase categórica nos casos existenciais, em Alagoas e Ceará seu uso é muito baixo.

Na próxima seção, Avelar traz a configuração sintática assumida para as sentenças possessivas, existenciais e de tempo decorrido. O autor argumenta que é comum na tradição gerativa hipotetizar que sentenças possessivas são formadas pelo amálgama de uma cópula e um item relacional, a partir de evidências morfológicas (é o caso do kamaiurá, em que o possessivo *ereko* é a união de *ere* (*ser, estar*)+ *-ko* (relacional). Assumir isso é reconhecer que as estruturas de cópula e as possessivas compartilham uma mesma base derivacional, como faz Avelar (2009c), recorrendo à Morfologia Distribuída: as duas estruturas teriam um verbo leve copular,  $v_{cop}$ , tendo como complemento um PP, oriundos dos traços abstratos da preposição *com*. A diferença então entre *estar com* e *ter* seria fruto do lócus em que os traços da preposição são realizados: em *estar com*, os traços da preposição não são adjungidos aos de  $v_{cop}$  – os traços de P recebem uma matriz fonológica de *com* e  $v_{cop}$  de *estar*, enquanto em *ter*, os traços da preposição seriam adjungidos à  $v_{cop}$ , e  $v_{cop} + P$  receberia uma matriz fonológica correspondente a *ter*. Assim, o componente semântico interpretaria a adjunção  $v_{cop} + P$  como associada a uma leitura duradoura, diferentemente da não adjunção, correspondente a uma leitura transitória, veiculada por *estar com*. Uma das evidências para tanto, apontada pelo autor, está no mecanismo de referenciação do interior dessas sentenças, em que nas possessivas é necessário assumir que o sintagma nominal em posição de sujeito seja interpretado como tendo alguma relação com um constituinte no interior do predicado, como em *A Ana **tem** um carro na oficina*, tal que a *Ana* precisa ser proprietária do carro ou responsável pela oficina. Essa ideia possessiva seria recuperada também pelo pronome *dele(a)* (*[A Ana]<sub>i</sub> **tem** um carro [dele]<sub>i/j</sub> na oficina*) que, na sua ausência, haveria uma categoria vazia (*ec*) conectada a um constituinte interno ao predicado e correferente ao sujeito da matriz. Em relação a *estar com*, é exatamente a preposição que licenciaria a correferência obrigatória nessas construções: *com* teria um PP locativo como complemento, em que um DP sujeito da matriz deve ser concatenado

em Spec,P<sub>com</sub>, controlando referencialmente a categoria vazia ou um pronome pleno (no caso de *dele(a)*).

Quanto à configuração sintática das existenciais, Avelar argumenta que, muito embora a variação livre entre *ter* e *haver* possa sugerir que se tratam da mesma estrutura interna, a versão genérica do pronome *você* tem um papel importante nessa constituição. O autor vai construindo seu argumento, a partir da observação de que *ter* preservou propriedades possessivas o que licenciaria elementos na sua posição de sujeito, ao contrário do verbo *haver* que não teve uma versão possessiva (... *ai você tinha uns sobrados... versus \*você havia uns sobrados*). Esse contraste sugeriria que o verbo *ter* também seria estruturalmente produto da junção do verbo *estar* com a preposição *com* (à luz da estrutura sintática possessiva). Consequentemente, assim como as possessivas, haveria nuances “duradouras” nas existenciais com *ter* e “transitórias” nas com *estar com*, o que é observado em *No Rio tá com uma chuvinha bem gostosa* e *No Rio tem uma chuvinha bem gostosa*). Desse modo, a representação das existenciais teria um P<sub>com</sub> que toma um complemento *small clause* com um predicado locativo – a diferença, então, entre *estar com* e *ter* existenciais seria a combinação de P<sub>com</sub> com *v*, no segundo caso, e a não combinação no primeiro. A questão do pronome *você* seria explicado porque o locus natural para essa posição é em Spec,PP nucleado pelos traços de *com* (Spec-P<sub>com</sub>). Dessa posição, o sintagma nominal se move para Spec,T; como *haver* não veicula posse e, portanto, não tem uma camada preposicional, não há, pois, lugar para receber um sintagma nominal-sujeito.

Finalmente, o estatuto categorial das expressões de tempo decorrido é baseado em alguns contrastes entre *haver* de um lado e *ter* e *estar com* de outro que levam Avelar a propor que estruturas de tempo decorrido com *haver* não são oracionais, mas um item preposicionado, de **caráter nominal**. Os contrastes apresentados são: (i) o advérbio *atrás* causa estranhamento quando em sequência com o verbo *ter*, diferentemente com o verbo *haver* (*Há/\*tem semanas atrás ficamos sabendo que a Maria viajou*); (ii) o verbo *haver* ocorre no interior de sintagmas nominais, funcionando como, na abordagem tradicional, um adjunto adnominal, o que não parece ser o caso para o verbo *ter* (*A conclusão da reunião há pouco mais de duas horas no auditório da empresa mostrou a divergência entre chefes e funcionários versus \*A conclusão da reunião tem pouco mais de duas horas no*

*auditório da empresa mostrou a divergência entre chefes e funcionários*); (iii) os verbos *ter* e *estar com* licenciam um elemento pronominal (explícito ou fonologicamente nulo) licenciado em posição de sujeito, além de desencadear concordância com a flexão (**tô com** oito dia que tô estudano e **tenho vinte e dois anos** que eu frequento a religião).

Ainda no conjunto dos contrastes, (iv) é possível haver deslocamento do termo interrogativo somente nas estruturas com *ter* (**quantos anos tem**/\*há que você não viaja?); (v) somente o verbo *haver*, no presente do indicativo, pode ser clivado (*foi há mais de duas horas que eu vi a Maria no banco versus Foi tem mais de duas horas que eu vi a Maria no banco*); e (vi) a ausência do complementizador *que* imediatamente após *ter* causa estranhamento, diferentemente nos casos com *haver* (**há duas horas** (que) eu vi a Maria no banco versus **Tem duas horas** \*(que) eu vi a Maria no banco). Esses contrastes, de acordo com Avelar, sugerem que, nas estruturas de tempo decorrido, *haver* tem um caráter nominal, diferentemente de *ter*, com um caráter oracional. Assim, provocativamente o autor defende a ideia de que tal distinção é reflexo da sua configuração sintática.

Na seção de panorama diacrônico, Juanito volta-se aos dados analisados do PHPB. Para as **sentenças possessivas**, o verbo *ter* é o verbo canônico, no período analisado (séculos XIX e XX), mas em relação a *estar com*, foram identificadas somente duas estruturas no primeiro período, o que leva o autor a sugerir que isso é um indício de uma inovação bastante recente na língua. O pesquisador apresenta, então, alguns aspectos encontrados na sua pesquisa diacrônica, como (i) ser muito recorrente o verbo *ter* tomar como complemento um nome sem determinante, sobre o qual recai a força predicativa da oração (*hum escravo pardo, de nome Antonio ... tem vício de jogar cartas*); (ii) ser muito frequente, entre os dados do século XIX, o verbo *ter* tomar como complemento não só uma relação predicativa participial (*Os jardins tem sua história começada no tempo dos Romanos*), mas também um núcleo adjetivo (... agora mesmo **tenho** minha filha única **agonisante**), locativo (a africana Maria ... **tem no pescoço** um papo), infinitivo e gerundivo (agora **temos** a casa de papel **substituindo todos os velhos e passados processos de construção**). O complemento participial, por exemplo, seria fruto de uma relação em que, dada a estrutura [*vP*[*v*][*PP*[*P<sub>com</sub>*][*XP*]]] de *Os jardins tem sua história começada no tempo dos Romanos*, *XP*, complemento de *P<sub>com</sub>*, é referido como um

PartP; (iii) no século XIX, assim como no português contemporâneo, é comum que haja correferência entre um item pertencente ao predicado com o termo em posição de sujeito, tanto com um pronome interno a um PP ([*ec*]<sub>i</sub> **Tive**, à vista de resposta, *minhas*<sub>i</sub> alegrias) ou nulo ([*ec*] *nunca tive intenções de* [*ec*]<sub>i</sub> *entreter correspondências com Burros*]); (iv) no século XIX, há uma variabilidade da ordem dos constituintes, podendo ser encontrada a ordem VSO (**Tenham** pois as quitadeiras muita cautela com as suas aves), VOS (*talvez não tenha tempo o seu autor de alcançar o cargo que mais merece!*), OVS (*nenhum efeito tem a sua resposta feita em o numero 41*) e SOV (*Todos sabem que o lugar da Pontezinha, antes da construção da estrada de ferro, nenhuma importância tinha*).

Já para as **sentenças existenciais**, o verbo *ter* é inequivocamente utilizado como verbo existencial, tanto no período contemporâneo quanto no período oitocentista, porém como aponta Avelar, sua frequência é baixa comparada a *haver* no mesmo período (10% versus 90%). No século XIX, a frequência com cada verbo também não é uniforme nos estados analisados. Já na primeira metade do século XIX, comparado com a segunda metade, o verbo *ter* existencial cai na metade. Esse dado é explicado pelo autor a partir de uma reflexão sobre a ação normativa presente claramente nos textos da primeira e segunda metade do século XX. Quando se fala do século XXI, *haver* existencial alcança 86% (contra 14% de *ter*), frequência idêntica a dos anúncios e cartas da primeira metade do século XIX, o que sugere que os resultados são sensíveis ao gênero. Em seguida a esse panorama, Avelar se coloca duas perguntas. Para a primeira, “a emergência de *ter* como verbo existencial é uma inovação do português brasileiro ou uma herança de estágios anteriores do português europeu?”, o autor aponta que diferentemente do século XIX, em que os dados de *ter* inequivocamente é existencial, o mesmo não se aplica aos séculos anteriores. Por fim, Juanito chega à conclusão, após seu olhar empírico, de que “nenhum estudo apresentou, até agora, dados quantitativa e qualitativamente significativos que justifiquem considerar ter havido um uso sistemático de *ter* como existencial em fontes escritas anteriores ao século XIX” (p. 130). Dessa maneira, não haveria evidências para considerar que a emergência do *ter* existencial tenha filiação no PE.

A segunda pergunta colocada pelo autor é a de entender por que o verbo *ter* conquistou o estatuto de existencial, sem que isso tenha paralelo com o PE. A análise de Avelar vai em uma direção que considera que o licenciamento e interpretação dos

sujeitos nulos, simplificação do paradigma flexional e a inversão de novos padrões de inversão locativa (sintagmas preposicionados locativos passaram a ocupar a posição de sujeito), foram fundamentais para a emergência de *ter* existencial. A primeira consideração é a de que os falantes de PB interpretam sentenças com *ter* sem sujeito interpretado como possuidor

Em relação à análise diacrônica das **estruturas de tempo decorrido**, o pesquisador mostra que só foram identificadas estruturas com *haver*. O uso de *ter* e *estar com* poderia ter sido originado pelas mesmas razões que levaram a estrutura possessiva a ser empregada como existencial: a necessidade de dispor da posição de sujeito para inserir elementos.

Por fim, o autor levanta algumas questões futuras, considerando que observar o que vem ocorrendo em variedades do português africano (Angola e Moçambique) pode proporcionar uma maior clareza sobre o fenômeno, uma vez que nessas variedades o verbo *ter* é largamente empregado como existencial. Isso pode sustentar o que Petter (2009a,b), citada por Avelar, denomina de *continuum* afro-brasileiro do português, a partir da influência das variedades africanas na emergência de novas variedades do português.

### **CAPÍTULO 3 – A SINTAXE DOS PRONOMES PESSOAIS CLÍTICOS NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

O terceiro capítulo, intitulado **A sintaxe dos pronomes pessoais clíticos na história do português brasileiro**, é de autoria de Marco Antonio Martins. O autor circula o tema desde sua dissertação de mestrado em 2005, contudo é desde 2009 que vem defendendo que a escrita brasileira dos séculos XIX e XX reflete padrões do português clássico, do PE e do PB. Igualmente, neste capítulo a objetivo do Martins é analisar a sintaxe dos pronomes pessoais clíticos na história do PB e apresentar evidências de que o PB desse período, pelo menos o da escrita, reflete padrões de três gramáticas: a do PB, a do PE e a do português clássico (PC), porém voltando-se para cartas de leitores, cartas de redatores e anúncios de jornais dos séculos XIX e XX, presentes nos *corpora* do PHPB.

Inicialmente, o autor faz um panorama dos estudos sobre a sintaxe dos pronomes pessoais clíticos, apresentando diferentes propostas no quadro da

gramática gerativa para o fenômeno em questão. Para o PB, por exemplo, é comumente assumido que a ênclise é a ordem natural e a próclise é derivada por operações sintáticas ou morfofonológicas. Para os que assumem que a próclise é derivada por operações sintáticas, haveria uma projeção extra acima de TP,  $\square P$  em Martins (1994, 1997), FP em Raposo (2000) e PessoaP para Galves (2000, 2001) – em todas as propostas, a categoria funcional é alocada entre CP e TP. Já para os que consideram a externalização da próclise como um processo morfofonológico, os clíticos dativos/acusativos de 1ª e 2ª pessoa (*me* e *te*) e o dativo/acusativo *se* perderam seus traços de clítico acusativo e se tornaram puras formas dativas, assim os clíticos do PB seriam marcados com Caso inerente de dativo e precisam ser adjungidos ao verbo que lhes atribui papel temático, como é proposto em Galves, Torres Morais e Ribeiro (2005); essa perda foi o que mudou em relação ao PC, já que os clíticos não são mais afixados em TP. Por outro lado, tanto no PE quanto no PC, o clítico é adjungido em TP, o que explica os contrastes entre essas línguas (*Não [te quero ver]* e *Não quero ver-te* no PE *versus* \**Não te quero ver* e *Não quero [te ver]* no PB). A proposta dessas autoras é a que Martins assume para sustentar sua análise.

A seguir, Marco Antonio faz um apanhado de algumas análises do padrão dos pronomes na diacronia do PB ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX. As generalizações trazidas pelo autor são as seguintes: (i) próclise quase categórica, com alguns casos de ênclise; (ii) aumento progressivo da próclise em sentença finita com verbo na primeira posição; (iii) variação ênclise/próclise, com aumento da próclise a partir do século XX; (iv) cliticização ao verbo do qual o clítico depende sintática e semanticamente e (v) interpolação residual com o marcador de negação *não*. Martins relata que tem defendido que a variação encontrada no PB nos diferentes séculos pode ser entendida como o reflexo da competição de três gramáticas, que podem ser atestadas ao longo dos séculos: a gramática do PB *versus* gramática do PE *versus* gramática do PC.

Na análise do *corpus* do PHPB, o pesquisador analisou textos da imprensa brasileira do século XIX e XX do Rio de Janeiro, Ceará, Bahia e Pernambuco. De um total de 5.350 dados, Martins observa algumas propriedades do sistema dos pronomes pessoais clíticos. A primeira está relacionada à redução no uso de algumas formas e na frequência de uso dos pronomes pessoais clíticos – o pronome pessoal mais frequente é o *se* (58%) e ao longo do período analisado, os pronomes pessoais

clíticos caíram de 27% em 19,1 para 15% em 20,1. A segunda propriedade é a perda de grupos clíticos, denominado pelo autor como o grupo formado quando em uma mesma oração há um pronome pessoal e um complemento (*Eu **lho** digo* – contração de *lhe* e *o*). Essa propriedade é restrita ao século XIX. Outra propriedade é a perda da interpolação, em que no português antigo a interpolação era generalizada, enquanto no PC podia ocorrer em sentenças-matriz. Nos séculos XIX e XX, houve 68 casos de interpolação (*Se a medida era boa, porque **a não conservou** Vossa Excelência, mandando depois fiscalizar três e seis embarcações por um só guarda?*). Oito ocorrências de interpolação foram encontradas em sentenças-matriz (*Quanta glória **vos não cabe**, ó Póvos, ó Tropa de São Paulo*), dentre as quais em quatro não houve atratores (... ***me muito afoítesa**, senhor redator pediraem se taes atestados*). A última propriedade trazida é a perda da mesóclise, cujos dados foram 26/5350, que segundo o autor está restrita a escrita do século XIX.

Na próxima subseção, Martins detalhadamente apresenta alguns padrões de posição e de colocação encontrados no período analisado nos seus resultados. No contexto de (i) sentenças com um único verbo, estão os padrões (a) sentenças afirmativas principais e coordenadas, em que, em geral, há variação entre ênclise e próclise. Nas sentenças com próclise, introduzidas por sintagmas interrogativos, a próclise é categórica (*O que **se questiona** é quem colocaremos novamente no poder?*). Nas (b) sentenças com variação ênclise/próclise, Martins controlou algumas variáveis que motivam a colocação em próclise ou ênclise. Na variável *posição superficial do verbo*, o verbo em primeira posição absoluta favorece fortemente a ênclise em sentenças-matriz, enquanto no verbo em posição não inicial, a próclise é favorecida. Sentenças com verbo na segunda ou terceira posição com sujeito, PP, advérbio à esquerda do verbo apresentam variação diacrônica, o que sugere, segundo o autor, pensar que a próclise é um padrão gerado pela gramática do PC, em que haveria restrição do clítico em primeira posição nos domínios de XP, a ênclise da gramática do PE, com a permanente restrição do clítico em primeira posição no domínio X', e a próclise seria gerada pelo padrão da gramática do PB, com a restrição do clítico em primeira posição não se aplicando em nenhum domínio. Os dados também mostram que nos séculos XIX e XX, o verbo na segunda e terceira posição favorece fortemente a próclise, com os advérbios que antecedem imediatamente o verbo propiciando 74% da próclise, seguidos do sujeito com (47%), dos PP (36%) e

das orações com (10%). Martins nota que há uma queda de 19,1 para 19,2 na frequência de próclise em todos esses contextos e, diferentemente da hipótese de Pagotto (1998), para quem essa queda é explicada pela pressão da norma fixada pelos padrões enclíticos do PE, para o autor a próclise é ainda instanciada pela gramática conservadora do PC, em que próclise era o padrão.

No padrão (c) sentenças afirmativas subordinadas, em 63% das sentenças o pronome apareceu proclítico e 36% enclítico. Esse resultado leva Martins a sugerir que o tipo de subordinada favorece fortemente a colocação: na (d) subordinada finita ocorre mais próclise (*Mas será isso suficiente para excathedra, afirmar-se que o Senhor Orlanda já não é o mesmo homem, e que **se bandeou** ao partido do poder?*), enquanto há mais ênclise em subordinada infinitiva (*É preciso pois **ser-se** muito injusto para diser-se o que acabo de ler*) e gerundiva. Desse conjunto de resultados, o autor traz algumas observações interessantes. Uma delas, em relação às (e) subordinadas infinitivas, é a de que o tipo de preposição e a forma do pronome clítica condiciona a próclise. O autor constrói sua hipótese a partir de Sena Pereira (2015), para quem as preposições *sem*, *por*, *de* e *para* e os clíticos *se* e *me* favorecem a próclise. Quanto nas (f) orações gerundivas, as construções *em se* + *-ando* têm poucas ocorrências, aparecendo nos textos a partir do século XX. Outro padrão atestado levou em consideração as (g) sentenças negativas principais e coordenadas e subordinadas com os marcadores *não* e *nem*. Nelas, a próclise é quase categórica (*Não **atacou-me** sòmente*) e os raros casos estão, de acordo com Martins, associada a sentenças subordinadas infinitivas, cujo padrão é a ênclise (*E portanto o senhor coronel Augusto Carvalho **não revolte-se** contra tamanha indignidade...*).

O padrão (ii) sentenças com predicados complexos permite que o clítico esteja proclítico ou enclítico ao verbo não finito de que são argumentos ou ao verbo finito da estrutura oracional. Nessa última configuração, há o que se chama de subida de clítico (*Não **se pode conceber** que este tipo de abuso continue a acontecer, sem que nada de concreto se faça para coibir estes desmandos*). Nos dados do século XIX e XX de Martins, a subida do clítico é variável em quase todos os contextos, exceto nas construções com auxiliar passivo. Os dados foram agrupados em alguns tipos de predicados motivados por Carneiro (2005), Andrade (2010) e Reis (2011). No padrão (a) construção com auxiliar passivo, formados por passivas temporais com o verbo *ser* seguido de participio, a subida do clítico é categórica. O padrão com (b) auxiliares



temporais (*ter* e *haver* + particípio) mostra uma variação na posição do clítico, podendo estar em ênclise ou próclise ao verbo finito (*Quantas vezes **se tem visto** de casas de boa aparência jogar-se à rua detricetos de fructas, papeis servidos, etc.?*) ou até mesmo em próclise ao particípio (*Os tegumentos são descolorados, e **tem se visto** os da parte anterior do anti-braço serem dirigidos para a parte posterior, e vice-versa*). Com auxiliares *ir* e *vir* + infinitivo, há a possibilidade de o clítico aparecer proclítico ao verbo finito (*Por isso o Papae sempre que **se vae realizar** em casa uma festa, a primeira coisa que põe na lista é um tubo de Cafiaspirina*) ou em próclise ou ênclise ao infinitivo (*Se V. **vai se casar** ou quer renovar o mobiliário de sua casa, visite antes as exposições de O LAR.*). Com (c) os verbos de movimento *ir* e *vir*, o clítico tende a ser enclítico ao domínio do infinitivo (... **vimos de boa mente oferecer-nos** em holocausto ...), da mesma sorte que pode haver subida de clítico, com próclise ou ênclise ao domínio finito (... e **foi-me** pessoalmente **entregar** o roubo ou ... *pode muito bem acontecer que depois de eu os ter habilitado para este trabalho alguém **os venha seduzir** a troco de ridículo*). Nas (d) construções com aspectuais seguidos de gerúndio, o clítico pode aparecer no domínio finito, em ênclise ou próclise ao verbo (... *que e em Portugal **se está fazendo** com assistencia de vossos egregias Deportados...* ou ... *há muito para se fazer e **esta-se fazendo***), ou em subida, em ênclise ou próclise, ao gerúndio (*Colombina, exausta, triste, **está se despedindo** de Arlequim e dos seus adoradores* ou *Cambráia lisa fina com 10 varas a peça por 4 \$, **estão acabando-se**...*). Também foram encontradas, pelo autor, construções com *ir*, *vir* e *continuar* seguidos de gerúndio, em que o pronome está enclítico ao verbo finito (**Vou-me fazendo** fastidioso...) ou proclítico ao gerúndio (*As simpatias vão para o touro, que **continua se recusando** a colaborar com a necessária fúria*).

Em (e) construções com aspectuais seguidos de infinitivo, Martins mostra que o clítico aparece em ênclise ou próclise ao domínio não finito dos verbos *estar a*, *continuar a* e *deixar a* (*O meu Carnaval **está a se extinguir*** ou *Neste momento **está a construir-se** o zimborio do palácio da justiça de Chicago...*). Já nas (f) construções com os modais *poder*, *dever*, *ter de*, *haver de*, o comportamento do pronome pode ocorrer com ou sem subida de clítico, com próclise ou ênclise ao modal (*Não **se pode qualificar** de irrelevante...* ou ... **pode-se dirigir** ao abaixo assignado...) ou então ao verbo no domínio não finito (... **pode empregar-se** ...). As

(g) construções com verbos de controle (*querer, pretender, procurar, permitir, desejar, saber e resolver*) apresentam alternância entre subida ou não do clítico (... que se lhe dirá quem **o quer comprar** ou *Mas quer-se ver...* ou *Mas não consegue se organizar – ou não quer se organizar...* ou *o malvado quer perder-se...*). Por fim, Martins apresenta os resultados do padrão das (h) construções com verbos causativos e perceptivos (*deixar, fazer, mandar, ver*), atentando-se para o fato de que havia construções com ou sem subida do clítico (*Como não me deixei intimidar...* ou *Não se quer que a polícia se deixe matar* ou *Deixa-se ficar este liquido em repouso...* ou ... *quando deixou-se dominar pelas razões...*).

Marco Antonio ainda apresenta alguns fatores, submetidos ao GoldVarb 2001, que podem condicionar a mudança em direção à perda da subida dos clíticos no PB. O contexto que mais condiciona a subida do clítico são as construções causativas e perceptivas com verbos auxiliares temporais. O tipo de sentença se mostra determinante quando sentenças subordinadas afirmativas e negativas condicionam a subida do clítico, segundo os dados do autor. Do mesmo modo, a forma do pronome é uma variável importante, revelando, pelos dados, que os clíticos *me* e *nos* favorecem a subida do clítico. Por fim, em relação à variável período, a primeira metade do século XIX parece condicionar a subida do clítico, o que não seria uma grande surpresa, se consideramos os diversos estudos sobre diacronia que revelam que o século XIX parece mesmos ser o séculos das luzes para o PB.

O autor, finalmente, apresenta a perspectiva formal na qual se baseou para analisar seus dados. Retomando Galves, Torres Morais e Ribeiro (2005), Martins mostra que os seus dados sugerem que há propriedades do clítico que instanciam uma gramática associada ao PC (os pronomes clíticos serem afixados a um domínio funcional, a restrição *não inicial* estar ativa e se aplicar em um domínio X-barra – observado em sentenças com interpolação em matriz e em sentenças com subida de clítico sem atrator), ao PE (os pronomes clíticos serem afixados a um domínio funcional, a restrição *não inicial* estar ativa e se aplicar em um domínio do primeiro I-barra – observado em construções com ênclise em contextos neutros) e ao PB (os clíticos serem afixados ao verbo lexical e a restrição *não inicial* não estar ativa – configuração atestada em quase todos os contextos em que há queda da subida do clítico com o pronome nos domínios do verbo temático do complexo verbal e em sentenças com o clítico em primeiro posição absoluta). A partir dessa interpretação

dos dados, Martins conclui que essas diferentes propriedades refletem instancias de três gramáticas do português, o PC, o PE e o PB. Assumindo Kroch (1989), ainda afirma que essa instabilidade ocorre devido à competição entre estruturas geradas por distintas gramáticas.

#### CAPÍTULO 4 – O OBJETO NULO

O quarto capítulo, **O objeto nulo**, é de autoria de Sonia Cyrino, quem trabalha com tema desde antes de sua tese de doutoramento, já em 1993 com **Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos**. A pesquisadora, no capítulo, objetiva-se a fazer uma análise diacrônico-formal do objeto nulo do português brasileiro, além de mostrar resultados de seus inúmeros trabalhos (Cyrino, 1994, 1997, 1999, 2001, 2002), tendo como objeto de estudo anúncios de jornal, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Paraná e Minas Gerais e cartas de leitores de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná.

Cyrino começa seu capítulo fazendo uma breve apresentação sobre o objeto nulo dentro do quadro da gramática gerativa. A autora inicia uma discussão sobre o trabalho seminal acerca do tema que veio com a publicação de Huang (1984) sobre o chinês em que o autor se questionou se haveria, assim como para o sujeito nulo, um parâmetro para o objeto nulo. O autor propõe que haveria uma distinção entre as línguas orientadas para o sujeito e as orientadas para o discurso, sendo as últimas licenciadoras de sujeito e objeto nulos. Cyrino também mostra que a discussão, após outras línguas serem objeto de estudo em relação à possibilidade de haver objeto nulo, era sobre a determinação da categoria vazia que estaria na posição desse objeto nulo: “teríamos uma variável ligada, um vestígio de movimento ou um elemento pronominal?” (p. 213). Raposo (1986), por exemplo, propõe que para o PE o objeto nulo seria considerado uma variável, pois essa categoria vazia é impossível dentro de ilhas. Outros estudos posteriores, contudo, passaram a evidenciar que objeto nulo não poderia ser uma variável em todas as línguas, como a proposta de Farrell (1987) para o PB, para quem a análise de Huang não funciona para o PB, sugerindo então que os objetos nulos no português brasileiro seria um pronome nulo (*pro*). Um pouco mais tarde, como relata Cyrino, Huang (1991) propõe que alguns objetos nulos no

chinês poderiam ser uma ocorrência de elipse de VP e não de objeto nulo. O principal argumento é a possibilidade de haver leitura estrita (*strict reading*) e leitura imprecisa (*sloppy reading*), em que a última só seria possível se fosse admitido que haveria elipse de VP, já que toda a sequência elidida precisaria ser elidida para veicular a interpretação imprecisa: em *Zhangsan kanjian-le tade mama, Lisi ye kanjian-le* ('Zhangsan viu sua mãe, e Lisi também viu'), a leitura estrita seria a de que Zhangsan viu sua mãe e Lisi também a viu, e na leitura imprecisa, Zhangsan viu sua mãe e Lisi viu sua própria mãe. Esse trabalho de Huang praticamente mudou o destino das propostas do objeto nulo, pelo menos dentro da linguística sobre o PB.

A partir de um estudo diacrônico, Cyrino (1994, 1997) propôs que o objeto nulo seria, na verdade, uma elipse de DP, pois assim como a elipse proposicional (estruturas analisadas no estudo diacrônico de Cyrino, 1994, 1997), o objeto nulo no PB também aceita leitura imprecisa e estrita e tem antecedente, preferencialmente, [-animado], como em "*Comprei o casaco depois que experimentei\_\_\_*". Desses estudos, Cyrino conclui que houve uma mudança diacrônica no PB, em que houve perda do clítico neutro e aumento de objetos nulos com antecedente [-animado], e o objeto nulo ser considerada uma elipse de DP é sustentado pois as leituras estrita e imprecisa não poderiam ser justificadas caso a categoria nula fosse pronominal ou uma variável ligada.

Na sua próxima seção, a pesquisadora apresenta alguns estudos sobre o objeto nulo no português brasileiro, como o de Omena (1978), Pereira (1981), Duarte (1986), Schwenter (2006), Creus e Menuzzi (2005), Cyrino (2007b), Soledade (2011), Costa (2011). A autora salienta que ter um antecedente preferencialmente [-animado] é compartilhado pelos resultados de muitas pesquisas, o que confirma os resultados de Cyrino (1994, 1997). Em seguida, tem o cuidado de apresentar as características do objeto nulo no PB, que ocorre (a) com antecedente [-animado] em uma segunda (ou outra) oração coordenada (*João descascou a banana e a Maria comeu \_\_\_*); (b) com antecedente [-animado] não relacionado ao conteúdo lexical do verbo que o seleciona (*Maria comprou [aquela saia] quando ela viu \_\_\_ na vitrine*); (c) com interpretação específica, recuperável de seu antecedente [-animado], mesmo com verbos que aceitem objetos cognatos (*Minha avó fez sushis porque seus filhos queriam continuar comendo \_\_\_ depois que voltaram da praia*); (d) com identidade imprecisa (*sloppy reading*) recuperável de seu antecedente [-animado] (*Ontem o João pôs o*

*dinheiro no cofre, mas Pedro guardou \_\_\_ na gaveta*); (e) com um paralelismo estrutural entre o antecedente e o objeto nulo (sugerido em Cyrino, 2012, 2013a; Cyrino e Lopes, 2012).

Cyrino também apresenta os resultados de Cyrino (2001), em que analisa o objeto direto nulo em dados do século XVI. Os resultados sugerem que o objeto direto era predominantemente [+específico, -animado] já no século XVI. Quanto aos dados do PHPB, Cyrino mostra que, nos anúncios de jornal do século XIX, São Paulo é o estado que mais apresenta objetos nulos, além de que o resultado para antecedente do objeto nulo nesse *corpus* é diferente dos resultados de Cyrino (1997): neste último o objeto nulo com antecedente [+específico, -animado] aparece em 49% em relação ao preenchimento, enquanto nos dados do jornal a porcentagem é de 28%. Para explicar essa diferença, Cyrino afirma que a diferença das fontes dos dados é relevante: enquanto os anúncios de jornal apresenta uma pesquisa de língua escrita, os dados de Cyrino (1997) provêm de peças teatrais, que retratam a língua oral. Em relação aos dados das cartas de leitores, também do século XIX, analisadas em Cyrino (2007b), mais uma vez houve mais objeto nulo nos dados do estado de São Paulo.

Em relação aos dados do século XX, nos anúncios de jornal há uma inversão nas ocorrências de objetos nulos: são 32% de objeto nulo na primeira metade do século XX, contra 68% na segunda metade, configuração inversa ao preenchimento dos clíticos. Quanto à animacidade, parece haver um certo peso do traço [-animado] para a ocorrência do objeto nulo, tanto na primeira quanto na segunda metade do século XX. Nas cartas de leitores, Cyrino mostra que há diferença quanto aos dados dos anúncios de jornal: há um número maior de clíticos e menor de objetos nulos, com um aumento de objetos nulos na segunda metade do século XX e com frequência semelhante entre os estados. Ainda, reporta Cyrino, há um maior uso de clíticos neutros e elipse proposicional que no *corpus* de anúncio. Assim, comparando o século XIX com o XX, a pesquisadora observou que há um aumento nas frequência de objetos nulos do século XIX para o século XX nos anúncios de jornal, mas a porcentagem se mantém praticamente a mesma nas cartas de leitores, o que sugere que o tipo de documento é relevante para esse tipo de dado.

Na última seção, Cyrino apresenta uma análise formal sobre a mudança nas construções analisadas. A diferença entre o objeto nulo no PB e nas outras línguas seria explicado, também em Cyrino (2010a, 2011b, 2012), pelo fato de que o objeto

nulo poderia ter emergido a partir da existência da elipse proposicional, fazendo com que o objeto nulo no PB tenha características de elipse. Assim, assumindo a estrutura para o clítico de terceira pessoa de Uriagereka (1995b), em que no complemento do clítico, núcleo de D, está *pro*, o clítico neutro proposicional seria representado em [DP[[D[o][~~ela/ele ser o professor da turma Y~~]]], levando em consideração o exemplo ambíguo *Pedro pediu para ser o professor da turma A antes de Jane o pedir* (leitura estrita: antes de Jane pedir [ele ser o professor da turma Y] *versus* leitura imprecisa: antes de Jane pedir [ela ser a professora da turma Y]). Ainda, para Cyrino a elipse proposicional também apresenta essa mesma ambiguidade, já que se trata de uma estrutura de elipse, como em *Pedro pediu para ser o professor da turma Y, antes de Jane pedir* \_\_\_\_\_. Dessa maneira, uma vez que o objeto nulo surge, segundo a pesquisadora, da possibilidade de elipse proposicional, compreende-se a possibilidade da leitura imprecisa nos objetos nulos do PB. O objeto nulo não poder ter como referente o sujeito da oração-matriz seria explicado também na elipse de VP, pois o objeto nulo parece normalmente ocorrer em uma estrutura “paralela”, isto é, deve haver identidade sintática. Assim, dado que o objeto nulo é complemento de um verbo, seu antecedente também deve estar em uma posição de complemento.

Para responder à restrição de animacidade, Cyrino, Duarte e Kato (2000) propõem que se uma língua tem uma categoria vazia para um determinado elemento, ela também tem categorias vazias para outros elementos que estão mais baixos em uma hierarquia de referencialidade. Desse modo, se o *input* mostra um objeto nulo com um antecedente [-animado], a criança, no período de aquisição, assume que todas as posições mais baixas podem ser nulas. Outra proposta para explicar a restrição é feita em Cyrino (2008, 2012), em que haveria posições designadas para os argumentos DP de acordo com seus papéis temáticos.

Finalmente, Cyrino faz suas considerações apontando que vem sustentando a proposta de que o objeto nulo é resultado de elipse de um DP reconstruído em LF, com um DP antecedente em paralelismo. Segundo a autora, essa proposta é vantajosa na medida em que é capaz de explicar as leituras ambíguas (estrita e imprecisa), as restrições de animacidade se for aceito que a posição do verbo em PB está em uma categoria funcional mais baixa, se for reconhecido que deve haver paralelismo e se forem assumidas diferentes posições para os diferentes papéis temáticos. Para a história do PB, Cyrino finaliza, salientando que o PB é a única língua românica que

apresenta esse objeto nulo, pois houve uma mudança sintática com a perda do clítico neutro/invariável *o*, com a conseqüente perda dos clíticos acusativos de terceira pessoa, cujos antecedentes têm o traço [-animado].

## CAPÍTULO 5 – O OBJETO INDIRETO: ARGUMENTOS APLICADOS E PREPOSICIONADOS

**O objeto indireto: argumentos aplicados e preposicionados**, capítulo 5 de Maria Aparecida Torres Morais e Rosana Berlinck, tem como objetivo discutir fatos de variação e mudança em relação às estratégias gramaticais na expressão do objeto indireto que coloca o PB de um lado, diferenciando-se do PE, e as outras línguas românicas de outro lado. As autoras estudam o objeto indireto desde 1999 (Berlinck, 1999, 2005), analisando também o objeto indireto nulo, sentenças bitransitivas (Torres Morais, 2010, 2012) e publicando em coautoria sobre o tema (Torres Morais e Berlinck, 2006, 2007, 2009). Neste capítulo, analisam o século XVIII, XIX e XX em cartas pessoais dos estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Santa Catarina.

Torres Morais e Berlinck começam o capítulo apresentando uma descrição das propriedades gramaticais do objeto indireto como 3ª pessoa, pronominal e não pronominal da variedade do PE. Elas assumem que (i) o objeto indireto apresenta propriedades que o licenciam como complemento; (ii) na sua expressão pronominal, o objeto indireto de 3ª pessoa é realizado pelos clíticos verbais dativos, *lhe(s)*, distinguindo-se dos clíticos acusativos *o(s)*, *a(s)*; (iii) na forma não pronominal, o objeto indireto é um DP, codificado pela preposição *a*, um marcador de caso Dativo. A diferença entre o OI dativo dos complementos oblíquos é a de que os oblíquos podem ser licenciados com verbos que selecionam um OD-tema, mas recebendo diferentes papéis temáticos. Porém, o teste fundamental mesmo seria o da troca pelo clítico *lhe*: os oblíquos, segundo as autoras, não podem ser pronominalizados pelo clítico dativo *lhe*, estando restritos aos pronomes *ele*, *ela* encabeçados pela preposição *para* (*O meu amigo pintou esse quadro para a Maria versus \*O meu amigo pintou-lhe esse quadro versus O meu amigo pintou esse quadro para ela*). A análise do redobro do clítico dativo, isto é, quando o clítico coocorre com uma forma pronominal ou um DP pleno, serve de identificação do OI. No caso do PE, diferentemente do PB, o redobro é licenciado na presença de formas pronominais *a*

*ele, a ela* (O José deu-lhe um bombom a ela (não a ele)). Essas formas pronominais retomarem anaforicamente os clíticos *lhe* sugere, para as autoras, que o OI dativo não pronominal é um a-DP e não um PP.

Uma vez apresentadas as propriedades do OI no PE, as autoras se aventuram na descrição no PB, mostrando que este claramente se distancia daquele, em relação à expressão do OI. O que parece haver em comum entre as duas línguas são dois fenômenos: decréscimo no uso da preposição *a* (substituída pela *para*) e decréscimo no uso dos clíticos dativos, principalmente os de 3ª pessoa (*lhe*), substituídos por formas pronominais fortes (*a/para ele(a)*) e pela variação do *lhe* no uso de 2ª pessoa, para pronominalizar tanto objeto direto (acusativo) quanto indireto. Nos resultados de Berlinck (1997b), Silveira (1999), Gomes (2003), Torres Morais e Berlinck (2007), as formas *lhe* não são mais formas de 3ª pessoa, mas de 2ª, correspondente às formas de *você* em diferentes estados brasileiros, o que sugere um difusão da construção oblíqua no sistema. Além disso, a perda do OI clítico está relacionado ao uso variável da preposição *a* no OI oblíquo. Como mostra Berlinck (1996b), *para* é quase categórica na fala de universitários curitibanos, resultados sustentados em Gomes (2003), na fala carioca. Um resultado interessante de Berlinck é o aumento da preposição *para* em verbo transitivos de atividade direcional, como *dar*. Ainda nessa análise sincrônica, as autoras trazem os resultados (a eliminação da preposição *a* ser menos radical em Fortaleza) de Salles e Scherre (2003), os quais sugerem que o grau de variação entre *a* e *para* está relacionado a fatores geográficos.

Viajando para o passado, Torres Morais e Berlinck se fazem três perguntas que norteiam seu estudo diacrônico: (i) em que momento o *lhe* no uso de 3ª pessoa e a preposição *a* começaram a se tornar menos frequentes nas construções analisadas?; (ii) como essa mudança se dá: por que caminho o sintagma preposicionado com *para* se torna a escolha preferencial?; (iii) este processo específico está relacionado a outras mudanças em progresso no PB?

Para a primeira pergunta, as autoras lançam mão dos resultados de Berlinck (2000b, 2001b) e Torres Morais e Berlinck (2009), que sugerem que o objeto indireto clítico é praticamente categórico com objeto indireto com referência de 3ª pessoa (*lhe*). O OI oblíquo é quase incipiente, diferentemente do OI oblíquo na expressão da 2ª pessoa, motivada pelo uso de formas nominais de tratamento respeitoso (*Sim o farei etudo o mais que Vossa Excelença me-ordenar emeordena NaLista que mandei*



**a Vossa Excelença lhe declarei...).** Nesse quadro, o PB escrito do século XVIII é caracterizado pelo uso do OI clítico, o que se mantém no século XIX. Nas cartas oitocentistas, os resultados apontam para a presença do pronome *você* como OI oblíquo, introduzido por *para* (*e incumbi a um amigo de remeter a copia **para você***), antecipando, como as autoras afirmam, as tendências do século XX. Assim, o OI clítico é a estratégia quase exclusiva para o OI pronominal até o fim do século XIX, quadro modificado tardiamente pelo que conhecemos hoje, o OI oblíquo sobretudo na 3ª pessoa. Nesse intervalo, Torres Morais e Berlinck analisam cartas de leitores e de anúncios de revistas femininas dos anos 1960-1970 e do fim dos anos 1990 e cartas pessoais escritas no século XX (PHPB), nos estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Santa Catarina. Esses resultados mostram que a estratégia do OI clítico perdeu espaço para o OI oblíquo, havendo um processo de variação e mudança: a 1ª e 2ª pessoa *tu* são expressas predominantemente por OI clítico e também o OI oblíquo é predominantemente de 3ª pessoa e a 2ª pessoa *você* aparece como outro contexto comparativamente mais propício à forma preposicionada do OI. Ainda, os verbos de transferência material (*dar, enviar*) aparecem como contexto que menos retém o OI clítico.

A segunda pergunta é respondida a partir dos resultados de relatos de viagem (1730), autos de devassa (1790), cartas de aldeamento (1721-1736), que sugerem que há certo uso categórico da preposição *a* para o OI. As autoras ainda mostram, analisando de cartas de leitores e anúncios de revistas femininas dos anos 1960-1970 e dos anos 1990 e cartas de pessoais do PHPB (1940-1990), que esse cenário muda a partir da metade do século XIX, uma vez que é ao longo do século XX que *para* ganha força. A pessoa gramatical do complemento introduzido pelo OI parece ter um papel importante nessa mudança. Torres Morais e Berlinck afirmam que o OI de 2ª pessoa constituíam um uso categórico da preposição *a* até as primeiras décadas do século XIX, porém essa 2ª pessoa não era sempre a mesma, havia pronomes de tratamento no século XVIII e começo do XIX e no século XX o OI era o pronome *você*. Isso sugere que “a escolha da preposição se vê associada a questões de norma e de (in)formalidade, aspectos bastante visíveis quando se trata de forma de tratamento” (p. 276), uma vez que nos dados, há claramente uma variação entre a preposição, havendo na mesma sentença *para você* e *a você*. Já o OI de 3ª pessoa parece ficar estável ao longo do tempo, com índices altos da preposição *a*. Entretanto, outro

aspecto faz com que esse OI varie. Por exemplo, como relatam, ao longo do tempo, a preposição *a* se associa mais predominantemente com OI de 3ª pessoa [+humano], enquanto *para* favorece o locativo. O quadro de mudança ocorre, conforme as autoras mostram, quando os falantes estenderam à preposição *para* OI humanos: isso fez com que *para* se expandisse no sistema linguístico com a consequente queda de *a*.

As autoras ainda concluem que (i) até a metade do século XIX, o padrão de expressão do OI é estável, com uso quase categórico da preposição *a*; (ii) a preposição *para* aparece junto de complementos de 3ª pessoa poucas vezes ao longo do século XVIII e início do XIX, não havendo registros de 1ª e 2ª pessoa com essa preposição; (iii) na segunda metade do século XX ocorre a expansão de *para* na escrita, estendendo a contextos de OI [humano], antes somente com complementos locativos ou beneficiário e (iv) o percurso de expansão de *para* ocorre primeiramente em contextos mais concretos (verbos de transferência material, como *dar*, *enviar*), junto de um OD [concreto] e, em um segundo momento, em contextos abstratos.

Torres Morais e Berlinck também apresentam uma proposta de análise para as sentenças ditransitivas. Para tanto, tomam como base o estudo dos dativos no espanhol de Cuervo (2003). Assumindo Marantz (1997, 2013) e Kratzer (1996), para as autoras, os argumentos externos não seriam verdadeiros argumentos dos seus verbos, mas introduzidos na sintaxe por um núcleo denominado *Voice* ou verbo leve. Marantz (1993), por exemplo, propõe que a construção do objeto duplo no inglês seria uma construção aplicativa; tal proposta foi refinada na dicotomia aplicativo alto e aplicativo baixo por Pyllkanen (2002), em que o primeiro é projetado acima do VP e o último abaixo do VP. A relação semântica atribuída ao aplicativo baixo é a ideia de posse entre dois DPs: um DP-OI e um DP-OD. As autoras assumem, portanto, que os argumentos dativos são aplicados na sintaxe por um núcleo (aplicativo) específico além de que a preposição *a* que introduz os argumentos dativos não é uma preposição lexical, mas é uma realização morfológica do Caso dativo abstrato, como um sufixo.

Uma vez que o foco das autoras são as construções em que OI dativo é licenciado pelos verbos de transferência/movimento (*O Pedro enviou uma carta ao diretor/enviou-lhe uma carta*), verbos de criação (*A Maria preparou um delicioso jantar ao diretor/preparou-lhe um jantar*), elas propõem que a estrutura dos primeiros são iguais a do segundo: [<sub>VP</sub> O Pedro [<sub>V'</sub> *v*\* [u□]][<sub>VP</sub> enviou [<sub>AppIP</sub> ao

diretor/*lhe* DAT [APPL Appl DAT [DP uma carta ACUS]]]]]]. O núcleo aplicativo baixo, na derivação, não atua como sonda e não impede a operação de checagem entre *v\** e DP-OD. Assim, o que diferencia as ditransitivas das transitivas é que na primeira o verbo seleciona um ApplP, enquanto na segunda o verbo seleciona um OD como complemento. A partir da hipótese da alternância dativa, Torres Morais e Berlinck afirmam que há duas propriedades que identificam o OI dativo no PE e PB histórico: (i) realização pronominal na 3ª pessoa pelos clíticos dativos *lhe* e (ii) realização como DP marcado morfologicamente pela preposição *a* que não faz mais parte da gramática-núcleo do PB.

Para analisar esse quadro, as autoras partem da abordagem da Sociolinguística Paramétrica idealizada por Tarallo e Kato (1989). Assumem também Kroch, para quem uma propriedade gramatical que toma o lugar de uma antiga pode refletir um cenário de competição. Para elas, o desaparecimento de *a*-DP/*lhe* da gramática nuclear reflete um caso de mudança microparamétrica (cf. Kayne, 2000). As autoras reformulam esse microparâmetro com base nos traços do núcleo aplicativo, a partir da noção de parâmetros de que todos os parâmetros de variação decorrem de diferenças nos traços de itens funcionais no léxico.

Na última seção, as pesquisadoras consideram os processos de encaixamento que determinam a mudança em questão. No caso, as alterações no paradigma pronominal parece ter tido um papel importante, uma vez que as formas clíticas se tornam restritas à 1ª e 2ª pessoas – as formas de 3ª pessoa acusativa e dativa são perdidas, substituídas por pronomes plenos *ele*, *ela*. Essas formas de 3ª pessoa não expressam Caso morfologicamente e as distinções são proporcionadas pela ordem (Caso estrutural) e pelo uso de preposições. Ainda, enquanto a 1ª e a 2ª pessoa *tu* são expressas por OI clítico, a 3ª pessoa e a 2ª pessoa *você* são porta de entrada do OI preposicionado no sistema linguístico. Apesar de terem se concentrado em verbos que expressam eventos de transferência/movimento e verbos de criação, a substituição de *a* por *para* e a substituição do clítico *lhe* por formas oblíquas também foi observada em outros contextos verbais, como em construções de possuidor externo dativo, com verbos dinâmicos (*O José lavou o carro **ao amigo**/lavou-**lhe** o carro / O José lavou o carro **do amigo**/o carro **dele**) e estativos (*O professor elogiou as provas **aos alunos**/elogiou-**lhes** as provas/O professor elogiou as provas **dos alunos**/as provas **deles***).*

Por fim, Torres Morais e Berlinck concluem que o declínio do OI dativo não as permite afirmar que no PB não existe mais o OI de 3ª pessoa encabeçado pela preposição *a* ou realizado pelos clíticos dativos. Além disso, as autoras terminam seu capítulo fazendo uma reflexão sobre a gramática do letrado em relação ao fenômeno estudado, reiterando que os resultados analisados sugerem que a força da fala, a força da gramática-núcleo adquirida quando da aquisição influencia a prática escrita, principalmente nos textos jornalísticos, cartas pessoais, revistas de grande circulação.

## **CAPÍTULO 6 – A ORDEM DO SUJEITO EM CONSTRUÇÕES DECLARATIVAS NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Rosana Berlinck e Izete Coelho são autoras de **A ordem do sujeito em construções declarativas na história do português brasileiro**. Neste capítulo 6, as autoras se propõem a investigar, dentro de uma perspectiva cartográfica da gramática gerativa, (i) quais as condições linguísticas que permitem a ordem VS ao longo dos séculos XIX e XX, (ii) se VS é um padrão único ou uma manifestação de diferentes estruturas sintáticas e (iii) se há uma correlação direta entre estrutura sintática (SV/VS) e função discursiva. Para o material de análise, elas observam cartas de leitores, anúncios e cartas pessoais da segunda metade do século XIX e XX, do PHPB.

Na primeira seção, as autoras apresentam um panorama sobre a posição do sujeito no âmbito da gramática gerativa. Elas mostram que investigações acerca do Parâmetro do Sujeito Nulo foram decisivas para se chegar a alguma conclusão sobre a posição do DP sujeito. Isso porque esses estudos mostraram que parece haver uma relação entre o preenchimento do sujeito com a perda de padrões de inversão do DP sujeito. Em se tratando das línguas românicas, aquelas que são [+pro-drop], como o espanhol e o italiano, licenciariam o DP sujeito posposto ao verbo com qualquer tipo de verbo, seja transitivo, intransitivo, copular, seja inacusativo. Esse quadro é diferente para o PB, pois a ordem VS é bastante restrita, soando mais natural com verbos monoargumentais. Uma descoberta importante, trazido por Berlinck e Coelho, é a de Kato e Tarallo (1988). Segundo sua pesquisa, o PB escrito estaria deixando de ser uma língua [+pro-drop] e passando a ter um comportamento [-pro-drop], o que seria corroborado pelas restrições de ordem VS. Ainda, dentro da abordagem da

gramática gerativa, haveria duas posições para o DP sujeito, uma central, em que a posição do DP depende da relação entre (i) os verbos e seus argumentos internos e externos, (ii) os verbos e o papel temático desses argumentos e (iii) os verbos e a posição desses argumentos na sentença, e uma periférica com o movimento do DP para uma posição de tópico, com sujeito comumente associado a um traço [+definido], ou para uma posição de foco, relacionado a um DP [-definido].

A sintaxe da posição do verbo foi amplamente estudada na linguística para verificar se em algum estágio anterior de uma língua havia propriedades de uma língua V2 (quando o verbo flexionado aparece em segunda posição). As autoras, então, apresentam alguns estudos sobre línguas V2 que mostram que o verbo se move para o núcleo de CP e o sintagma que o precede fica em Spec, CP. Porém, é com o trabalho de Rizzi (1997) sobre a periferia esquerda que alguns estudos passaram a reinterpretar o efeito V2, considerando, talvez o aspecto mais importante dentre outros, que na verdade o movimento do verbo ocorreria para núcleo de Fin, a partir da hierarquia de Rizzi (ForceP ... [ TopP ... [ IntP ... [FocP... [TopP ... [FinP ... [IP ... ]]]]]). Em relação ao PB, Ribeiro (1995) sugere que, a partir de Rizzi (1997), o PA teria sido uma língua V2, pois há construções muito semelhantes às do alemão, língua V2 prototípica. Por exemplo, a autora mostra que o constituinte fronteado pode ser um DP sujeito (**O honrado Padre São Beento** *deu todalas cousas*), um argumento não sujeito (*E **desto** se nembrou el*) e um adjunto adverbial (**Com tanta paceença** *sofria ela esta enfermidade*), o que indicaria que houvesse alçamento de V para C com fronteamento obrigatório de algum sintagma. Diferentemente do alemão, ainda reporta a autora, o PA licenciaria movimento do verbo para CP também nas subordinadas (*E por esso diss'el que **aqueles juízos de deus** pronunciara **el** que...*). Além disso, tanto Ribeiro (1995) quanto Torres Morais (1993) mostram que diferentes constituintes podem ser fronteados de uma encaixada para o domínio de uma sentença matriz, gerando a ordem VS. Dando uma roupagem cartográfica aos dados, Ribeiro (2010) propõe que (i) o verbo flexionado sempre se move para Fin, o que caracteriza o PA como um sistema V2; o movimento de V-to-Fin é independente do clítico, ou seja, V não passa por CL no seu caminho para Fin e (ii) Spec,Fin pode hospedar constituintes tematizados; constituintes focalizados se movem para Spec,Foc; nestes dois casos, o CL se move para os respectivos núcleos e se adjungem a V. O movimento do clítico se justifica para verificar os traços

[+específico] que constituintes tematizados ou focalizados carregam. Ainda nessa discussão, Berlinck e Coelho trazem alguns estudos (Paixão de Souza, 2004; Galves, Brito e Paixão de Souza, 2005; Antonelli, 2011a,b) coordenados por Charlotte Galves, em que haveria evidências para considerar que há uma grande diferença entre o PC e o PE, quando se fala da perda do movimento de V para C. O que esses trabalhos indicam é que estágios anteriores do português, o PA e o PC, podem ser considerados estágios de uma língua V2, com movimento de V-para-C. Porém, no PE essa perda ocorre tanto nas matrizes quanto nas sentenças subordinadas, com a perda do fenômeno V2. Berlinck e Coelho então apresentam pesquisas que sugerem que a posição do verbo estaria, na verdade, em variação, podendo exibir efeitos de V2 ou estar em primeira posição (Ribeiro, 1995, 2010; Torres Morais, 1993). De um jeito ou de outro, para as autoras, o importante para o desenvolvimento do capítulo é assumir que “as evidências do sistema V2 indicam que o movimento do verbo para a periferia da sentença é uma opção disponível na amostra investigada” (p. 235).

Na próxima seção, Berlinck e Coelho partem de Costa (1998), para quem existe certa sistematização em relação à sintaxe e a função discursiva do DP sujeito: (i) sujeitos tendem a ser tópicos; (ii) objetos tendem a ser focos; (iii) definidos tendem a ser tópicos; e (iv) indefinidos tender a ser focos. Ainda, consideram que o lugar prototípico do foco é à direita do verbo em construções SVO. Além da zona periférica à IP, haveria tanto um *locus* para tópico (TopP) quanto para foco (FocP) na periferia de VP. Para Miotto (2003), nessa mesma esteira, o PB teria dois tipos de foco, o que fornece uma informação nova solicitada e o que agrega à informação nova outras informações adicionais, sendo o primeiro tipo o explorado pelas autoras, uma vez que pretendem no capítulo observar qual a função discursiva do DP sujeito em posição pós-verbal. Para tanto reportam que Costa (1998) observou uma relação entre línguas de sujeito nulo e ordem do DP sujeito variável, em que o constituinte focalizado à direita da sentença sugeriria uma interação entre a prosódia e o discurso. Para o autor, no PE, o foco informacional sobre o DP sujeito ocorre somente na ordem VS (Quem tossiu? (a) Tossiu **o Pedro** (PE/\*PB) *versus* (b) **O Pedro** tossiu (\*PE/PB)). Tal configuração é conhecida como inversão românica, podendo o DP sujeito estar em uma posição pós-verbal mais baixa, até mesmo depois do complemento do verbo, como em V[XP]S – estaria em jogo aí uma interpretação nova de foco informacional. Do mesmo modo, para Belletti (2004a), essa inversão livre seria uma estratégia de

focalizar o DP sujeito, em línguas que têm uma periferia mais baixa de foco. Assim, Berlinck e Coelho fazem duas observações. A saber, (i) até o século XVIII o português exibiria um padrão de ordem do DP sujeito de modo análogo às línguas românicas, com variação livre de inversão entre o verbo e o DP sujeito; (ii) há uma frequência baixa de V[XP]S no PB atual.

A partir da hipótese de Burzio (1986) de que as línguas teriam verbos inacusativos e inergativos, reinterpretado de Perlmutter (1978), alguns autores (Nascimento, 1984; Kato e Tarallo, 1988; Figueiredo Silva, 1996; Kato, 2000; Cyrino, Nunes e Pagotto, 2009) mostraram que no PB verbos como *chegar* selecionam argumento interno com traço semântico [-agentivo] e [+tema], diferentemente de *telefonar*, com uma restrição de que o argumento externo deva portar um traço [+agentivo] e [-tema]. Além disso, observaram que a ordem VS é muito mais frequente em sentenças inacusativas. Pilati (2006), por exemplo, sugere que a ordem VS das inacusativas é produto de inversão locativa, em que os verbos inacusativos que projetam um PP locativo favorecem a inversão, [Loc]VS, como em *Lá na casa da Maria? Vixe... chegou **um monte de coisa***. Assim, para Pilati o PB perdeu a possibilidade de licenciar VS sem que haja inversão locativa. Diante dessa exposição, o que é posto como primordial, para Berlinck e Coelho, é assumir que o DP argumento interno de verbos (inacusativos) é projetado como complemento do VP com traço semântico de [-agentivo] e [+tema].

Antes de botarem a mão na massa e analisarem os dados, as autoras fazem algumas considerações sobre a variação da ordem VS para SV no PB. Elas trazem estudos como o de Coelho e Martins (2009, 2012) que sugerem um enrijecimento da ordem SV(O) no fim do século XX. Além disso, outros trabalhos indicam que a ordem VS no PB do fim do século XX é restrita a construções inacusativas, especialmente quando o argumento interno é apresentado pela primeira vez (Berlinck, 1988, 1989; Coelho, 2006; Coelho e Martins, 2009, 2012). Muito embora tenham havido muitas pesquisas sobre o tema, focando muitas das vezes dados de uma só cidade, o diferencial de **A ordem do sujeito em construções declarativas na história do português brasileiro** é sua extensão geográfica pelos dados do PHPB, apesar de as autoras não especificarem em sua análise a variável *região*, tampouco os estados analisados, uma vez que mencionam somente estarem analisando a região Sul, Sudeste e Nordeste.

Berlinck e Coelho analisam cartas de leitores, anúncios e cartas pessoais da segunda metade do século XIX e da segunda metade do século XX. Seus resultados gerais apontam para uma queda do uso da ordem VS (24% no século XIX para 12,5% no século XX). Para ter um mapeamento mais significativo para a análise, alguns fatores foram controlados como possíveis condicionadores da ordem VS. O fator (i) *transitividade do verbo* é o que mais fornece uma clareza para o ordenamento do sujeito, pois comparando o período analisado as autoras mostram que há uma escala de mais favorecido ao menos favorecido para a ordem VS: existencial > inacusativo locativo/inacusativo não existencial. Além disso, há uma taxa mediana de VS com verbos intransitivos e alta taxa do ordenamento SV com verbos transitivos diretos e indiretos. A (ii) *forma de realização do sujeito* também foi controlada, em que os DPs complexos e simples tendem a ocorrer em VS, nos dois períodos. Quando esse critério é cruzado com o traço de definitude e especificidade, os resultados sugerem que construções com DP sujeito [-definido] e [+/- específico] favorecem VS. Esse resultado, na verdade, já foi atestado em outros estudos (Lira, 1982; Berlinck, 1988 e Coelho, 2000) que mostram que o sujeito pós-verbal está associado à introdução de um referente novo, como as autoras elucidam. Da mesma sorte, elas propõem uma hierarquia para a tendência de VS: [+definido/+específico] < [-definido/+específico] < [-definido/-específico].

O traço de (iii) *animacidade* controlado mostrou que DPs [-animado] ocorrem mais em posição pós-verbal, mas uma hipótese interessante a que as autoras chegam a partir desse resultado é a de que foram os contextos com DPs [+animado] que ocasionaram a queda de VS observada no século XIX. O cruzamento de animacidade com especificidade mostra que a distinção de animacidade não afeta a posição do DP quando é [+definido/+específico], ao contrário de quando é [-definido/+específico] e se refere a uma entidade [-animado], que sempre apresenta índices maiores de VS. Disso, elas apresentam outra hierarquia que condiciona a posposição do sujeito ao verbo, em que a preferência para VS é por um sujeito preferentemente nominal, de referência não definida e não animada: [+Def/+Esp] [+/-Animado] < [-Def/+Esp] / [-Def/-Esp] [+Animado] < [-Def/+Esp] [-Animado] < [-Def/-Esp] [-Animado]. Essa hierarquia demonstra de forma muito elegante que essa natureza semântico-discursiva está associada à observação de que a construção VS tem a função de introduzir referentes relativamente novos no discurso. A transitividade também foi



cruzada com definitude/especificidade do DP sujeito. Nesses resultados, é possível observar que (a) há uma interação entre essas duas variáveis; (b) há uma distinção entre o contexto do DP [+definido/+específico] e os DPs [-definido], independente do verbo; (c) a distinção está condiciona à hierarquia em que os índices de VS com DP sujeito [+definido/+específico] são sempre menos que os de ordem VS com DP [-definido], qualquer que seja o verbo; (d) a distinção entre DP [-definido/+específico] e DP [-definido/-específico] é clara com verbos inacusativos.

Na seção sobre perspectivas formais acerca da variação nas construções analisadas, as autoras apresentam uma comparação entre a ordem do sujeito e o material antes do verbo. Os contextos que permanecem constantes ao longo do tempo são [XP] [XP]VS e [XP]SV, em que o primeiro aparece raras vezes, enquanto o segundo, que certamente indica deslocamento de um elemento à periferia da sentença com SV, é bastante frequente. De forma interessante, essa última construção é agramatical em línguas V2, sendo portanto inesperada de aparecer no PA e no PC. Segundo as autoras, esse padrão já estava implementado no PB escrito já no século XIX. Quanto ao padrão de transitivas com verbos em segunda posição, [XP] VS e SV, o cenário é o oposto: os índices de [XP]VS caem no período analisado e os índices de SV crescem. Esse resultado leva Berlinck e Coelho a afirmar que existe uma correlação entre a perda do fronteamto de um [XP] em transitivas quando o sujeito é pós-verbal ([XP]VS ou um sistema V2). A partir disso, as autoras sugerem que o século XIX foi palco para dois padrões. O primeiro é um padrão típico do efeito V2, com o verbo se movendo para Fin e com o fronteamto de um argumento não sujeito ou de um circunstancial para FocP. O segundo padrão, por outro lado, é o DP pré-verbal, com o verbo em segunda ou terceira posição (SV ou [XP]SV). É curioso notar que, como atestam as autoras, o PB foi perdendo o movimento do verbo para a periferia de IP, gerando uma estrutura com DP sujeito na posição pré-verbal e o objeto deslocado à esquerda do DP sujeito ([XP]SV). Essa perda de movimento, ora, só entra para a lista de fenômenos sintáticos que ocasionaram perda de movimento verbal, como atestado já em Tarallo (1993). A contribuição dos clíticos também entra na conta das autoras ao considerarem que o século XIX apresenta uma competição entre gramáticas de outras fases. Isso porque o padrão [XP]clVS é uma das principais características de uma língua V2 e independentemente da posição do clítico, o PB prefere a ordem SV.

Quanto às restrições discursivas, as pesquisadoras mostram que houve uma queda acentuada de VS em contextos de DP sujeito[+definido] e [-definido/+específico]: o saldo desse ônus é uma mudança no peso da definitude/especificidade para definir a posição do DP sujeito. No século XIX a frequência de DP [+definido] e [-definido/-específico] é igual à frequência de [XP]VS, enquanto no século XX a frequência é diferente quando juntos de VS. Essas e outras evidências sugerem que o PB do século XIX tem algumas propriedades das línguas V2, resquícios de uma sintaxe antiga do PA e PC com movimento do verbo para a periferia esquerda. Ainda sobre essa mistura de gramáticas, Berlinck e Coelho identificam as seguintes competições: (i) frenteamento de um argumento não sujeito ou de um adjunto adverbial na ordem [XP]VS *versus* padrão de verbo em segunda ou terceira posição com DP sujeito pré-verbal ([XP] SV e VS); (ii) próclise com frenteamento de constituintes *versus* ênclise com frenteamento de constituintes na ordem [XP]VS. Próclise com SV em [XP]ScIV e ScIV *versus* ênclise em [XP]SVcl e SVcl e (iii) a ordem [XP]VS parece abrigar tanto DP sujeito [+definido] quanto DP sujeito [+específico] no século XIX. Diante desse panorama, as autoras lembram que em línguas V2 prototípicas, a construção [XP]SV seria agramatical (em relação a (i)), a próclise seria esperada em contextos [XP]clVS (em relação a (ii)) e a posição de Spec,IP poderia abrigar qualquer tipo de DP sujeito (em relação a (iii)). Assim, como atesta Torres Morais (1993), seria no século XIX que os novos falantes estariam perdendo gradativamente a restrição V2 e reanalisando as declarativas como [XP]SV(O), atribuindo uma diferente análise para [XP]V.

As autoras ainda mostram que nas construções V[XP]S haveria duas trajetórias para a mudança. No século XIX, o padrão V[XP]S tem muita semelhança com os casos das línguas germânicas de sujeito nulo, havendo possibilidade irrestrita de VS com (in)transitivos, copulares ou inacusativos, e também possibilidade de interpretação de foco informacional em relação ao DP sujeito pós-verbal de uma transitiva. Por outro lado, a segunda trajetória estaria no século XX, em que as possibilidades de V[XP]S ficam restritas a verbos copulares e inacusativos. Ainda segundo Berlinck e Coelho, a ordem V[XP]S não está mais disponível para focalizar o sujeito de uma (in)transitiva. Por fim, nas construções VS inacusativas foram incluídas as inacusativas não existenciais e locativas. No período analisado, essas inacusativas diminuíram sua frequência na ordem VS e aumentaram na ordem SV.

Ainda, para explicar a derivação das construções [XP]VS inacusativas na escrita, as autoras fazem uso de Pilati (2006), para quem haveria um elemento lexicalmente realizado (ou não) na posição de Spec,IP para satisfazer o EPP da sentença; no caso as autoras assumem que essa posição, uma vez que verbos inacusativos não selecionam um argumento externo, seria preenchida por um PP locativo: [Loc]VS.

Quando da associação entre SV e o caráter do DP [+definido], [+específico] e entre VS e o DP de informação nova, isto é, [-definido] [-específico], parece haver uma possível explicação de VS inacusativa. Nos dados das autoras, os DPs [-definidos] preferem a ordem VS, independente de serem DPs [+/- específicos]. A definitude tem um papel importante em relação à distribuição entre os DPs [-definidos] que preferem ordem VS e os DPs [+definidos] com índices altos de SV. Nessas inacusativas, há uma preferência pelo DP pós-verbal com uma informação nova – DPs pós-verbais de inacusativas tendem a ser [-definidos], ou seja, não há nenhuma relação de identidade veiculada no discurso, são informações novas. Isso sugere que “a posição pós-verbal em que o DP, argumento interno, de um verbo inacusativo se encontra é própria para receber sintagmas focalizados, que carregam informação nova” (p. 375).

Por fim, Berlinck e Coelho concluem que a sintaxe da ordem VS no PB mudou do século XIX para o XX, pois no primeiro a ordem VS é simplesmente um resquício do PA e PC, característico de inversão germânica ([XP] VS) e românica (V[XP]S), com verbos transitivos. Já no segundo século, a ordem VS é restrita a construções V[XP]S copular e inacusativa e VS inacusativa com uma tendência em se juntar com um elemento locativo pré-verbal com efeito de definitude sobre o DP pós-verbal. Essa mudança ocorre, como os autores sugerem, a partir de outros estudos, pela perda de movimento do verbo para uma posição na periferia de IP e pela perda da inversão livre do sujeito.

## **CAPÍTULO 7 – REVISITANDO AS CONSTRUÇÕES COM *SE* NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

O sétimo capítulo, **Revisitando as construções com se na história do português brasileiro**, escrito por Silvia Cavalcante, se objetiva a demonstrar que as construções com *se*, tradicionalmente consideradas passivas sintéticas (*Vendem-se casas*), não podem ser consideradas construções de *se*-passivo. Para tanto, Cavalcante compara as estruturas com *se* e construções passivas sintáticas, a partir do *corpus* do PHPB. A autora recorre à Teoria de Regência e ligação Programa Minimalista para comprovar suas hipóteses.

Silvia começa seu capítulo apresentando vários trabalhos (Nunes, 1990, 1991; Cavalcante, 1999; Duarte, 2002; Duarte e Lopes, 2002; Cyrino, 2007a) que tomam como objeto de estudo as construções com *se* tanto no PB quanto no PE. O que todos os trabalhos têm em comum é a constatação de que há um quadro de variação que tem como fator a concordância e também a posição do argumento interno em relação ao verbo. Além disso, no que tange ao PE, em Cavalcante (2011, 2016), parece ter havido uma mudança de VS para SV, enquanto nas construções com *se* não há mudança: há preferência a uma posição pós-verbal do DP argumento interno.

Para Silvia Cavalcante, é um problema considerar as passivas pronominais e as passivas sintáticas todas como construções passivas, pois coloca-se a questão de resolver como o argumento interno recebe caso nominativo, já que, preferencialmente, está posposto ao verbo. Para resolver esse impasse, a autora apresenta duas propostas, uma que considera que o DP recebe caso nominativo por meio de uma cadeia com o expletivo na posição de sujeito, quando o DP está posposto, e outra que o DP recebe caso nominativo na posição de sujeito, estando anteposto ao verbo. Duarte (2003), por exemplo, considera que há dois *se*, o passivo e o nominativo. O primeiro é motivado pela concordância entre o verbo e o argumento interno plural (***Os artigos publicaram-se propositadamente no último número da revista***) e o *se* recebe papel temático externo do verbo, ocupando a posição de Spec,VP, funcionando como um morfema passivo que força o elemento argumento interno a deslocar-se para receber caso nominativo (ele transforma a voz do verbo). Quanto ao *se* nominativo, Silvia cita Brito, Duarte e Matos (2003), para quem esse *se* é um clítico argumental arbitrário, por ter um traço [+ humano] e [- definido]. O que esses dois trabalhos sugerem é que há dois tipos de *se*: um com papel sintático (*se*-passivo) e outro como um elemento lexical (*se*-nominativo). Um estudo que tem um papel importante na argumentação da autora é o de Raposo e Uriagereka (1996). Em

primeira mão, o que diferencia esse estudo das outras abordagens é classificar como ativas e não passivas construções com *se* com verbo transitivos que concordam com seu argumento interno plural (*Ontem **compraram-se demasiadas salsichas***). O principal argumento desses autores é o de o DP não estar na posição de sujeito, isto é, em Spec,T, muito menos ligado a uma categoria vazia, como assumido em outros trabalhos gerativistas.

*Se* recebe caso nulo, pois funciona como PRO, isto é, tem seus traços semânticos reduzidos ([humanos], [definido]). Assim, checa o traço D de T, recebendo caso nulo. Ainda segundo a proposta dos autores, pelo fato de que em PE há duas posições para checar NOM, a saber Spec, T e Spec, F, seria nessa posição que o DP argumento interno vai checar NOM, porém, quando *in situ*, são seus traços que se movem para Spec, F. Isso daria conta da concordância entre o verbo e o argumento interno plural e é, de certa forma, a proposta que seduz Cavalcante.

Segundo a autora, assim como Raposo e Uriagereka (1996), Martins (2003) e sua proposta, o *se* é argumento que ocupa uma posição argumental, a posição de sujeito. Assim, uma vez que o *se* é um morfema, como passivo, na análise da autora, é capaz de mudar a diátese verbal e, conseqüentemente, a atribuição de Caso acusativo e nominativo. Dessa maneira, o *se* entra na derivação como um elemento lexical, não muda a diátese verbal, isto é, a voz do verbo. A diferença é que o *se* ocupa a posição de sujeito, porém ao invés de checar o caso Nominativo, checa o caso Nulo. O objeto checa o caso nominativo em Force(P), ao mesmo tempo em que o *se* se move para [Spec, T]. E quando o DP argumento interna está *in situ*, a checagem de Caso é via movimento de traços em LF, pois o DP não tem um traço [afetivo] forte para ser movido para a posição de FP.

Analisando os dados do PHPB, Cavalcante testa a hipótese de Raposo e Uriagereka (1996) em relação ao comportamento do DP argumento interno das construções com *se* com os sujeitos das passivas. A autora leva em consideração a concordância entre V e o DP plural e a posição do argumento interno. Para a posição do DP interno em relação ao verbo, foi acrescida a opção Tópico nas construções com *se* e passivas. Os resultados sugerem que só foram encontrados Tópicos em anúncios; os DPs pós-verbais ocorrem mais em relação aos pré-verbais e aos DPs topicalizados; segundo Cavalcante, “os índices quantitativos parecem indicar que a posição canônica do DP argumento interno nas construções com *se* é a pós-verbal” (p. 406).

Quanto aos sujeitos das sentenças passivas, houve variação na sua posição (anteposto ou posposto ao verbo) em todas as localidades, porém houve preferência pela posição pré-verbal. Em seguida, a autora cruza os dados da posição do argumento interno com a sua forma (DP, NP, pronome indefinido ou uma oração), pois o estatuto informacional do DP pode prevalecer a posição pré-verbal. Os resultados mostram que os pronomes indefinidos foram os que mais apareceram em posição pré-verbal e somente 10% dos DPs e NPs apareceram em posição pré-verbal. Isso é explicado por Silvia a partir do trabalho de Pesetsky (2000) e Raposo e Uriagereka (1996): por retomarem algo mencionado no discurso, *D-linked*, eles se movem para a posição de Spec, F, onde checam o traço de afetividade; já os DPs aparecem na posição pré-verbal, pois se movem para Spec, F a fim de checar o traço de [tópico].

Finalizando seu capítulo, Silvia apresenta a perspectiva formal sobre o fenômeno. Assim, segundo ela há duas posições para o DP argumento interno, além da posição pós-verbal: a posição de sujeito pré-verbal e posição de tópico. Ademais, o *se*-passivo se comporta como um morfema passivo e o argumento externo do verbo pode se realizar como um PP. A partir das considerações de Raposo e Uriagereka (1996) e Martins (2003), Cavalcante afirma que os dados analisados sugerem que essas construções com *se* não sejam passivas, mas ativas, uma vez que, em comparação com as construções passivas com *se*, os DPs das construções com *se* se comportam de maneira diferente dos DPs sujeitos da passiva. A respeito da mudança linguística, a autora afirma que a análise desenvolvida no capítulo mostra que a mudança já ocorreu: de um *se*-passivo, para um *se*-indefinido e *se*-impessoal (essa mudança ocorreu entre os séculos XV e XVI). Além disso, afirma que a gramática do PE permite *se*-indefinido e *se*-impessoal, enquanto a gramática do PB só permite *se*-impessoal, em que não há concordância entre o verbo e o argumento interno plural. Muito embora os dados de Silvia mostrem uma variação entre os textos dos autores brasileiros, a pesquisadora explica isso por estarem em jogo duas gramáticas em competição, na esteira de Kroch (1989): “a gramática brasileira produz enunciados de *se*-impessoal, mas os falantes, na produção, se utilizam de seus “saberes linguísticos” que são espelhados numa outra gramática”.

**CAPÍTULO 8 – ESTRUTURAS DE FOCALIZAÇÃO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO DOS SÉCULOS XIX E XX**

Mary Kato é a autora do oitavo capítulo intitulado **Estruturas de focalização no português brasileiro dos séculos XIX e XX**. O objetivo de Mary é descrever as estruturas de FOCO contrastivo nos dados do PHPB em 19,1/19,2 e 20,1. Além disso, foi usado um *corpus* diferencial de língua falada afrodescendente para o século XIX. A hipótese da autora é que o mesmo núcleo sincrético define tanto o FOCO contrastivo quanto as estruturas de perguntas-Q.

Kato começa seu capítulo apresentando as estruturas a serem estudadas; mostra que o PB apresenta dois tipos de FOCO contrastivo: o FOCO simples, pré-sentencial (*ESSAS MULHERES o Pedro amou*), e o FOCO identificado pela cópula. Este pode ser dividido em uma estrutura, chamadas de clivadas, em que a cópula tem como complemento uma sentença-Que e em uma estrutura em que a cópula é complementada com uma sentença iniciada pelo complementizador *que*. Essas clivadas também podem ser divididas em duas: as canônicas – com a cópula no início (*Foram ESSAS MULHERES quem o Pedro amou* e *Foram ESSAS MULHERES que o Pedro amou*) e as invertidas – com FOCO no início (*ESSAS MULHERES foi quem o Pedro amou* e *ESSAS MULHERES é que o Pedro amou*). Por fim, Mary apresenta outra opção de FOCO para o PB: a clivada reduzida – com a cópula elidida (*ESSAS MULHERES que o Pedro amou*). Esses tipos de FOCO parecem apresentar as mesmas propriedades das interrogativas-Q, na posição de FOCO: elemento-wh em posição pré-sentencial (*QUEM o Pedro amou?*), clivada canônica (*FOI QUEM que o Pedro amou?*), clivada inversa (*QUEM é que o Pedro amou?*) e clivada reduzida (*QUEM que o Pedro amou?*). Além disso, até a possibilidade de ficarem *in situ*, marcado somente com acento, é compartilhada pelas duas estruturas, como lembra Kato: *O Pedro amou MUITAS MULHERES versus O Pedro amou QUEM?*

Em seguida, Mary Kato mostra como o FOCO é identificado: via contexto ou via acento nuclear. Segundo ela, o FOCO informacional é identificado a partir da resposta a uma pergunta-Q e, em todos esses “testes”, o elemento que recebe o acento nuclear é o FOCO. No PB, por exemplo, em contexto de verbos inacusativos, o FOCO pode aparecer em posição pós-verbal, porém se o verbo for transitivo ou inergativo, o FOCO pode aparecer em posição pré-verbal. Mary, no entanto, lembra que o PB

perdeu a ordem VS e, muito embora esse não seja o foco do capítulo, a autora lança mão de um hipótese para o FOCO informacional: talvez ainda haveria instâncias desse tipo de FOCO com sujeito posposto no *corpus* do século XIX. Quanto ao assunto do capítulo, o FOCO contrastivo, a estratégia *in situ* parece poder ser usado para qualquer constituinte, independente da língua (*Roubaram o MEU celular, não o teu*).

Na mesma seção, é apresentada outra forma de identificar o FOCO; segundo Kato, algumas línguas apresentam um padrão de marcar o FOCO por meio de clivadas e pseudoclivadas, em que a diferença está no tipo de palavra-Q introduzida: nas clivadas é o *que* (complementizador) invariável e nas pseudoclivadas é o introdutor de relativas livres. Ambas podem transmitir tanto um FOCO informacional quanto FOCO contrastivo. Para Kato, as pseudoclivadas se comportam de uma maneira diferente por apresentarem a cópula em primeira posição, em segunda posição precedida do FOCO e em segunda posição precedida da relativa livre; diferentemente das clivadas, cuja cópula só pode estar em primeira posição ou em segunda posição. Além disso, a concordância também é restrita: nas pseudoclivadas, a cópula concorda com o FOCO e dentro da subordinada a concordância ocorre na terceira pessoa, já que o verbo concorda com o pronome-Qu (*EU **sou** quem mais **trabalha** nesta empresa e OS LIVROS **são** o que mais **pesa** na mala*). Já nas clivadas, o verbo também concorda com o FOCO (*Sou EU que **sou** preguiçosa*), porém, como salientado pela autora, instigante mesmo é a clivada inversa não concordar nem com o FOCO nem com o verbo (*EU é que **sou** preguiçosa versus \*EU **sou** que **sou** preguiçosa*), o que sugere que nesses dois padrões de clivada, a derivação deve ser diferente.

Kato parte de uma estrutura “explodida” do CP, em que esta categoria é cindida em categorias ligadas ao discurso, sob a proposta de Rizzi (1997), assim como assume também a proposta de Belletti (2004a), para quem além da periferia à esquerda de TP, há também uma periferia medial à esquerda de *vP*. Em Kato e Ribeiro (2007), é feita uma viagem ao tempo do português antigo e clássico, observando as estruturas de FOCO nesse período. Como relata Mary, as autoras partiram da hipótese de que o português nessa época era uma língua V2, isto é, uma língua cujo verbo está em segunda posição. Assim, para elas uma língua V2 faz uso da Periferia Esquerda, enquanto uma língua não V2 faz uso da Periferia Média. Mary



reporta, ainda citando Kato e Ribeiro, que havia um padrão para as estruturas de focalização dessa época: (i) FOCO na periferia esquerda, seguida do verbo e o mesmo padrão para as interrogativas-Q; (ii) pseudoclivadas invertidas e o mesmo padrão para as interrogativas-Q; (iii) clivadas invertidas são inovações no período e (iv) clivadas canônicas aparecem só depois do período V2 e não há nenhuma evidência e pergunta-Q. Assim, os resultados sugerem que não haver clivadas canônicas no PA e PC está relacionado com a restrição de uma língua V2: uma língua V2 só ativa periferia esquerda para FOCO, assim como língua não V2 pode ativar tanto a periferia esquerda quanto a média.

Dando continuidade à viagem ao tempo, para o século XIX e XX, Mary Kato traz alguns estudos sobre as interrogativas-Q que, por serem do mesmo tipo das estruturas de FOCO, devem traçar a mesma evolução do FOCO. Assim, Kato conclui, a partir de Lopes-Rossi (1996), Duarte (1992), Kato e Duarte (2002), Kato (2003), Kato e Mito (2005), que (i) um padrão pode ser previsto para a evolução do FOCO informacional: sujeito posposto (FOCO V S), assim como nas interrogativas-Q; (ii) o século XIX deve exibir clivadas invertidas, respeitando a ordem V2; (iii) a clivada canônica deve ser a forma inovadora preferencial do século XIX e (iv) o início do século XX já deve exibir a ordem FOCO SV(X) em variação com FOCO V(X)S.

Quanto aos dados do PHPB, Kato apresenta os resultados dos séculos XIX e XX, com a expectativa de que haja um resíduo da ordem V2 nas estruturas de FOCO (FOCO VS(X)). De fato, a autora atesta alguns resíduos dessa ordem em 19,2, porém com adjunto adverbial em primeira posição (*BOM será ter vossa senhoria o peito bem preparado*). No mesmo período, o sujeito nulo pode estar tanto à direita quanto à esquerda do verbo, e o FOCO é mais fácil de ser encontrado anteposto ao verbo (FOCO (S)V(S)V). Além disso, pode-se encontrar FOCO na subordinada (FOCO V2). Com quantificador pós-verbal, o sujeito aparece na posição medial de FOCO (*não quero que faças NADA contra a vontade*). Mary relata também que no século XIX a clivada invertida com FOCO antes da cópula (*POR ISTO é que muita gente o chama Charlatão*) aparece mais que a canônica com a cópula em início de sentença (*fui EU um dos primeiros brasileiros que arriscarão a pelle n'aquella paiz de salteadores*), ainda sendo encontrada em 20,1. Segundo a pesquisadora, houve poucas pseudoclivadas, tanto canônica quanto invertida.

O fato de não ter havido clivada reduzida no *corpus* faz com que Mary Kato lance mão de duas hipóteses explicativas. A autora observa que foram encontrados raríssimos casos de interrogativas-Q e, como essas estruturas são iguais às estruturas de FOCO, era “de se esperar que também não iremos encontrar clivadas reduzidas afirmativas” no *corpus* do PHPB, é o caso de *A MARIA que fala inglês bem*, por exemplo. As hipóteses de Mary são as que se seguem: (i) o falante letrado, por uma questão estilística, prefere usar a forma usada antes do apagamento da cópula quando escreve, usando a clivada canônica (*É A MARIA que fala bem inglês*); (ii) o letrado apaga o complementizador *que*, mantendo o acento focal da mesma maneira em que pode apagar o *que* em perguntas-Q, como em *A MARIA (que) fala inglês bem* comparada a *QUEM (que) fala inglês bem?*. Essa hipótese de Mary, em especial a em (i), parece fazer muito sentido se revisitamos Kato, Cyrino e Correa (1999), que mostram que escolarização recupera formas antigas da língua, negligenciando as inovações. Assim, haveria mais resistência em usar a forma inovadora, considerada pela autora como gramaticalizada, isto é, a forma em que a cópula é apagada, em relação à forma arcaica, a clivada canônica.

Quem conhece a trajetória de Mary Kato sabe que esta linguística se destaca pela sua grandiosa capacidade de observação dos dados. No seu capítulo, isso não é diferente. Mary faz uso de um *corpus* diferencial do português rural afro-brasileiro, em que encontra todas as estruturas de focalização, ao mesmo tempo em que encontra construções únicas, que não aparecem no *corpus* do PHPB. Essas são as clivadas sem cópula (*Foi EU que levô! OCÊ que tava lá...*) e pseudoclivadas reduzidas (*agora, bicho ruim de mata é JARACUÇU*). A autora traz esses dados do projeto Vertentes (Salvador) para exemplificar formas que são evitadas pelos letrados.

Por fim, Kato termina seu capítulo confirmando sua hipótese inicial (a de que as estruturas de perguntas-Q e FOCO teriam o mesmo núcleo de checagem, sofrendo, portanto, as mesmas mudanças). Ainda, deixa em aberto algumas questões que ainda precisam ser trabalhadas em pesquisas futuras, como o trabalho com clivagem de adjuntos em diferentes tipos de textos, somado a um trabalho quantitativo.

#### **POSFÁCIO: O RETRATO DA EMERGÊNCIA DE UMA NOVA GRAMÁTICA**

No ***Posfácio: o retrato da emergência de uma nova***, Charlotte Galves coloca toda sua experiência acadêmica ao refletir sobre as conclusões das pesquisas trazidas em ***Mudança sintática do português brasileiro: perspectiva gerativista***. O que mais chama atenção nesta seção é que Galves frisa a todo momento a importância do gênero textual a ser analisado como representativo de uma gramática real, reflexão essa fruto de seus 34 anos de carreira no Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp. Nas palavras da autora, “o amadurecimento e a multiplicação dos estudos diacrônicos sobre o PB permitem tirar primeiras conclusões sobre a influência do gênero textual sobre o uso da língua” (p. 442). Ademais, a autora exemplifica alguns casos no próprio volume de discrepância de resultados, julgando o gênero como influenciador.

Na sua observação empírica, Galves também destaca que observou discrepância entre as regiões analisadas nos capítulos. Ela nota que o nordeste é mais inovador, em oposição ao Rio de Janeiro que é mais conservador. Um exemplo trazido é a diferença da concordância com *se*, retirada do capítulo sete: 7% de concordância em Santa Catarina, 37% no Ceará e 83% no Rio de Janeiro.

É impossível deixar de notar, sobretudo, que Charlotte Galves, com sua busca incansável por dados que de fato sejam representativos, como o projeto do *corpus* Tycho Brahe organizado por ela, fecha as cortinas dessa obra enfatizando que são necessários, para uma descrição mais minuciosa, “dados, novos dados, muito mais dados” (p. 456).

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. *A subida de clíticos em português: um estudo sobre a variedade europeia dos séculos XVI a XX*. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, 2010.

ANTONELLI, A. L. Posição do verbo no português clássico: evidências de um sistema V2. *Alfa*, n. 55.2, p. 501-522, 2011a.

ANTONELLI, A. L. *Sintaxe da posição do verbo e mudança gramatical na história do português europeu*. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, 2011b.

AVELAR, J. The comitative-Copular Basis of Possessive-Existential Construction in Brazilian Portuguese. In: NUNES, J. (org.) *Minimalist essays on Brazilian Portuguese syntax*. Amsterdam: John Benjamins, p. 139-160, 2009.

AVELAR, J. Expressões possessivo-existenciais de tempo decorrente na fala dos quilombolas de Moquéim. *Stockholm review of Latin American Studies*, Estocolmo, v. 8, p. 65-82, 2012.

- AVELAR, J.; CALLOU, D. Gramática e variação no português brasileiro: Considerações sobre TER~HAVER e DE~EM. In: LOBO, M.; COUTINHO, M. A. (orgs.) *XXII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Textos Seleccionados. Lisboa: APL/Colibri, 2007.
- BARBOSA, P; DUARTE, M. E.; KATO, M. Null Subjects in European and Brazilian Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, Lisboa, v. 4, n. 2, p. 11-52, 2005.
- BELLETTI, A. Aspects of the Low IP área. In: RIZZI, L. (ed.). *The structure of IP and CP. The cartography of syntactic structures*, v. 2. Oxford University Press: Oxford, p. 16-51, 2004.
- BERLINCK, R. *A ordem V SN no português do Brasil: sincronia e diacronia*. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas, 1988.
- BERLINCK, R. A construção V SN no português do Brasil: uma visão diacrônica do fenômeno da ordem. In: TARALLO, F. *Fotografias sociolinguísticas*. Pontes: Campinas, p. 95-112, 1989.
- BERLINCK, R. A. A expressão do objeto indireto no português do Brasil. In: Anais do X Seminário do Centro de Estudos Linguísticos e Literários do Paraná. Londrina, 1996.
- BERLINCK, R. A. Sobre a realização do objeto indireto no português do Brasil. In: Anais do II Encontro do Círculo de Estudos Linguísticos do Sul. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 1997.
- BERLINCK, R. A. O objeto indireto no português brasileiro do século XIX. In: Anais do II Congresso Nacional da ABRALIN e XIV Instituto Linguístico. Florianópolis, p. 210-220, 1999.
- BERLINCK, R. A. A expressão do complemento dativo anafórico no português brasileiro: o papel de um fator discursivo. *Estudos Linguísticos*, v. 29, p. 357-362, 2000.
- BERLINCK, R. A. O objeto indireto no português do Brasil: percurso diacrônico. Relatório final. Araraquara, 2001.
- BERLINCK, R. A. O objeto indireto no português brasileiro: um estudo diacrônico. In: BERLINCK, R. A.; et al. (orgs.). *Estudos de Linguística Histórica do Português*, ed. 1. Laboratório Editorial FCL/UNESP/Cultura Acadêmica: Araraquara/São Paulo, p. 123-139, 2005.
- BIBERAUER, T. et al. (eds.) *Parametric Variation*. Null Subjects in Minimalist Theory. Cambridge University Press: Cambridge, 2010.
- BIBERAUER, T. et al. Complexity in Comparative Syntax: the View from Modern Parametric Theory. In: NEWMeyer, F.; PRESTON, L. (eds.) *Measuring Grammatical Complexity*. Oxford University Press: Oxford, p. 103-127, 2014.
- BRITO, A. M.; DUARTE, M. E.; MATOS, G. Tipologia e distribuição das expressões nominais. *Gramática da língua portuguesa*, n. 7, p. 796-867, 2003.
- BURZIO, L. *Italian Syntax*. Reidel: Dordrecht, 1986.
- CALLOU, D.; AVELAR, J. Sobre TER e HAVER em construções existenciais: variação e mudança no português do Brasil. *Cragoatá*, n. 9, p. 85-100, 2000.
- CARNEIRO, Z. *Cartas brasileiras (1809-1904): um estudo linguístico-filológico*. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- CAVALCANTE, S. R. *O sujeito indeterminado na escrita padrão: a impressão carioca dos séculos XIX e XX*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.
- CAVALCANTE, S. R. Padrões estatísticos do encaixamento da mudança de SE-passivo a SE-indefinido na história do português. *Alfá*, n. 55, p. 523-544, 2011.
- CAVALCANTE, S. R. Mudança e estabilidade em construções passivas na história do português. *Revista Linguística*, n. 32, p. 41-60, 2016.
- COELHO, I. L. *A ordem V DP em construções monoargumentais: uma restrição sintático-semântica*. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

- COELHO, I. L. Variação na sintaxe: estudo da ordem do sujeito no PB. In: RAMOS, J. (org.). *Estudos sociolinguísticos: os quatro vértices do GT da ANPOLL*. FALE/UFMG: Belo Horizonte, p. 83-104, 2006.
- COELHO, I. L.; MARTINS, M. A diacronia em construções XV na escrita catarinense. *Fórum Linguístico*, n. 6.1, p. 73-90, 2009.
- COELHO, I. L.; MARTINS, M. Padrões de inversão do sujeito na escrita brasileira do século 19: evidências empíricas para a hipótese de competição de gramáticas. *Alfa*, n. 56.1, p. 11-28, 2012.
- COSTA, J. *Word Order Variation*. A constraint-Based Approach. Holland Academic Graphics, 1988.
- COSTA, S. *O não preenchimento do objeto anafórico na língua portuguesa*. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.
- CREUS, S.; MENUZZI, S. *Sobre o papel do gênero na alternância entre objetos nulos e pronomes plenos em português brasileiro*. In: Anais do Sexto Encontro do Círculo de Estudos Linguísticos do Sul. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, p. 149-176, 2005.
- CUERVO, M. C. Dative at Large. Tese de Ph.D. – Massachusetts Institute of Technology, 2003.
- CYRINO, S. *O objeto nulo no português do Brasil – Um estudo sintático-diacrônico*. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, 1994.
- CYRINO, S. *O objeto nulo no português do Brasil*. Editora da Universidade Estadual de Londrina: Londrina, 1997.
- CYRINO, S. Elementos nulos pós-verbais no português brasileiro oral contemporâneo. In: MOURA NEVES, M. H. (org.) *Gramática do português falado*, ed. 1. Editora da Unicamp: Campinas, p. 595-625, 1999.
- CYRINO, S. Elementos nulos pós-verbais e a categoria “INFL (flexão)” no português do século XVI. In: MATOS E SILVA, R. V. (org.). *Para a história do português brasileiro - primeiros estudos*, v. 1. Humanitas: São Paulo, p. 205-232, 2001.
- CYRINO, S. Complementos nulos em anúncios de jornal do século XIX. In: ALKMIN, T. (org.). *Para a história do português brasileiro – novos estudos*, vol. 3. Humanitas: São Paulo, p. 221-245, 2002.
- CYRINO, S. Construções com SE e promoção de argumento no português brasileiro: uma investigação diacrônica. *Revista da Abralín*, n. 6.2, p. 85-116, 2007a.
- CYRINO, S. O objeto nulo nas cartas de leitores publicadas na imprensa brasileira do século XIX. In: RAMOS, J.; ALKMIN, M. (org.). *Para a história do Português Brasileiro: estudos sobre mudança linguística e história social*, v. 5. FALE/UFMG: Belo Horizonte, p. 265-297, 2007b.
- CYRINO, S. *Objetos nulos no português brasileiro e espanhol da América do Sul: relatório final para a FAPESP*. Processo n. 06/03343-2, 2008.
- CYRINO, S. Objetos nulos no português brasileiro e no espanhol da América do Sul. In: DÖLL, C; et al. (orgs.). *De arte grammatica*. Festschrift für Eberhard Gärtner zu seinem 65. Geburtstag. Valentia: Frankfurt am Main, p. 89-112, 2010.
- CYRINO, S. *Ensaio sobre a sintaxe do objeto nulo no português brasileiro*. Tese de Livre-Docência – Universidade Estadual de Campinas, 2011.
- CYRINO, S. Null objects in New Romance: Aspectuality, transitivity and referentiality. In: VON COLBE, V.; GARCÍA, M. (orgs.). *Aspectualidad-Transitividad-Referencialidad: las lenguas románicas en contraste*, 1ed. Peter Lang: Frankfurt am Main, p. 41-68, 2012.
- CYRINO, S. *The null object in Brazilian Portuguese revisited*. Conferência proferida no Workshop on Portuguese Syntax. Università Ca'Foscari di Venezia, 2013.
- CYRINO, S.; DUARTE, M. E.; KATO, M. Visible Subjects and Invisible Clitics in Brazilian Portuguese. In: KATO, M.; NEGRÃO, E. (eds.) *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Frankfurt am Main, Vervuert/ Madrid: Iberoamericana, p. 55-73, 2000.

CYRINO, S.; LOPES, R. *Null objects are ellipsis in BP*. Trabalho apresentado no Workshop Ellipsis. Universidade de Vigo: Vigo, 2012.

CYRINO, S.; NUNES, J.; PAGOTTO, E. Complementação. In: KATO, M.; NASCIMENTO, M. (orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil – A construção da sentença*, v. 3, Editora da UNICAMP: Campinas, p. 47-100, 2009.

DUARTE, M. E. *Variação e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil*. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1986.

DUARTE, M. E. A perda da ordem V(erbo) S(ujeito) em interrogativas-Qu no português do Brasil. *DELTA*, n. 8. esp., p. 37-52, 1992.

DUARTE, M. E. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (orgs.) *Português Brasileiro: Uma viagem diacrônica*. Editora da Unicamp: Campinas, p. 107-128, 1993.

DUARTE, M. E. *A perda do princípio “Evite Pronome” no português brasileiro*. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, 1995.

DUARTE, M. E. The Loss of the Avoid Principle in Brazilian Portuguese. In: KATO, M.; NEGRÃO, E. (eds.) *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Frankfurt am Main, Vervuert/Madrid:Iberoamericana, p. 17-36, 2000.

DUARTE, M. E. O sujeito expletivo e as construções existenciais. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (orgs.) *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. 7 Letras: Rio de Janeiro, p. 123-131, 2003.

DUARTE, M. E. (org.) *O sujeito em peças de teatro (1843-1992): estudos diacrônicos*. Parábola: São Paulo, 2012.

DUARTE, M. E.; LOPES, C. R. Realizaram, realizou-se ou realizamos...? As formas de indeterminação do sujeito em cartas de jornais no século XIX. In: DUARTE, M. E.; CALLOU, D. *Para a História do Português Brasileiro – Notícias de corpora e outros estudos*, vol. 4. In-Fólio: Rio de Janeiro, p. 155-165, 2002.

DUARTE, M. E.; MOURÃO, G.; SANTOS, H. Os sujeitos de 3ª pessoa: revisitando Duarte 1993. In: DUARTE, M. E. (org.) *O sujeitos em peças de teatro (1833-1992): estudos diacrônicos*. São Paulo: Parábola, p. 21-44, 2012.

FARRELL, P. *Null objects in Brazilian Portuguese*. University of California: San Diego, 1987.

FIGUEIREDO SILVA, M. C. *A posição sujeito no português brasileiro*. Frases finitas e infinitivas. Editora da UNICAMP: Campinas, 1996.

FIGUEIREDO SILVA, M. C. Main and Embedded Null Subjects in Brazilian Portuguese. In: KATO, M.; NEGRÃO, E. (eds.) *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Frankfurt am Main, Vervuert/Madrid:Iberoamericana, p. 127-146, 2000.

GALVES, C. Agreement, Predication, and Pronouns in the History of Portuguese. In: COSTA, J. *Portuguese Syntax: New Comparative Studies*. Oxford University Press: New York, p. 143-190, 2000.

GALVES, C. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Editora da Unicamp: Campinas, 2001.

GALVES, C.; BRITO, H.; PAIXÃO DE SOUZA, M. C. The Change in Clitic Placement from Classical to Modern European Portuguese: Results from the Tycho Brahe Corpus. *Journal of Portuguese Linguistics*, n. 4.1, Special Issue on Variation and Change in the Iberian Languages: the Peninsula and Beyond, p. 39-67, 2005.

GALVES, C.; TORRES MORAIS, M. A.; RIBEIRO, I. Syntax and Morphology in the Placement of Clitics in European and Brazilian Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 4, n. 2, p. 143-177, 2005.

- GOMES, C. Variação e mudança na expressão do dativo no português brasileiro. In: PAIVA, M. C.; DUARTE, M. E. (orgs.). *Mudança linguística em tempo real*. Contracapa Editora:Rio de Janeiro, p. 81-96, 2003.
- HENRIQUES, F. Construções com verbos de alicamento que selecionam um complemento oracional. In: DUARTE, M. E. (org.). *O sujeitos em peças de teatro (1833-1992): estudos diacrônicos*. São Paulo: Parábola, p. 101-120, 2012.
- HOLMBERG, A.; SHEEHAN, M. Control into Finite Clauses in Partial Null Subject Languages. In: BIBERAUER, T. et al. (eds.). *Parametric Variation: Null Subjects in Minimalist Theory*. Cambridge University Press: Cambridge, p. 125-152, 2010.
- HUANG, J. On the Distribution and Reference of the Empty Categories. *Linguistic Inquiry*, n. 15, p. 531-574, 1984.
- HUANG, J. Remarks on the Status of the Null Object. In: FREIDIN, R. *Principles and Parameter in Comparative Grammar*. MIT Press: Cambridge, MA, p. 56-76, 1991.
- JAEGGLI, O.; SAFIR, K. The Null Subject Parameter and Parametric Theory. In: JAEGGLI, O.; SAFIR, K. (eds.). *The Null Subject Parameter*. Kluwer Academic Publishers: London, p. 1-44, 1989.
- KATO, M. A restrição de monoargumentalidade da ordem VS no português do Brasil. *Fórum Linguístico*, v. 2, n. 1, p. 97-127, 2000.
- KATO, M. Desvendando a gramática do português brasileiro. In: ALBANO, E.; POSSENTI, S.; ALKIMIN, T. (Orgs.). *Saudades da língua: a lingüística e os 25 anos do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP*. Mercado de Letras: Campinas, p. 261-271, 2003.
- KATO, M.; DUARTE, M. E. A Diachronic Analysis of Brazilian Portuguese Wh-Questions. *Santa Barbara Portuguese Studies*, n. 6, p. 326-339, 2002.
- KATO, M.; MIOTO, C. A Multi-Evidence Study of European and Brazilian Portuguese wh-Questions. In: KEPSEK, S.; REIS, M. (eds.). *Linguistic Evidence: Empirical, Theoretical and Computational Perspectives*, ed. 1. Mouton de Gruyter: Berlin/New York, p. 307-328, 2005.
- KATO, M.; NEGRÃO, E. (eds.) *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Frankfurt am Main/Madrid: Vervuert/Iberoamericana, 2000.
- KATO, M.; RIBEIRO, I. A evolução das estruturas clivadas no português. In: LOBO, T., et al. (orgs.). *Para a História do Português Brasileiro – A experiência dos grupos de estudo*, v. 6: Tomo I. EDUFBA, Salvador, p. 165-182, 2007.
- KATO, M.; TARALLO, F. *Restrictive VS syntax in Brazilian Portuguese and its relation to visible subjects and invisible clitics*. Paper presented at The Georgetown Roundtable in Languages and Linguistics, 1988.
- KAYNE, R. *Parameters and Universals*. Oxford University Press: New York, 2000.
- KRATZER, A. Severing the External Argument from its Verb. In: ROORYCK, J., ZARING, L. (eds.). *Phrase Structure and the Lexicon. Studies in Natural Language and Linguistic Theory*, vol 33. Dordrecht: Springer, p. 109-138, 1996.
- KROCH, A. Reflexes of Grammar in Patterns of Language Change. *Language Variations and Change*, v. 1, p. 199-244, 1989.
- Linguistics Society*, n. 4, p. 157-190, 1978.
- LIRA, S. *Nominal, Pronominal and Zero Subject in Brazilian Portuguese*. Tese de Ph.D. – University of Pennsylvania, 1982.
- LOPES-ROSSI, M. A. *A sintaxe diacrônica das interrogativas-Q do português*. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, 1996.
- MARANTZ, A. No Escape from Syntax: Don't Try Morphological Analysis in the Privacy of Your Own Lexicon. *University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics*, n. 4.2, 1997.

- MARANTZ, A. Verbal argument structure: events and participants. *Lingua*, n. 130, p. 152-186, 2013.
- MARTINS, A. M. *Clíticos na história do português*. Tese de Doutorado – Universidade de Lisboa, 1994.
- MARTINS, A. M. Mudança sintática: clíticos, negação e um pouquinho de Scrambling. *Estudos linguísticos e literários*, v. 19, p. 129-162, 1997.
- MARTINS, A. M. Construções com se: mudança e variação no Português Europeu. In: CASTRO I.; DUARTE I. (eds.). *Razões e emoção: miscellanea de estudos para Maria Helena Mateus*. Colibri: Lisboa, p. 163-178, 2003.
- MIOTO, C. Focalização e Quantificação. *Revista Letras*, n. 61, p. 169-189, 2003.
- MODESTO, M. Null Subjects without “Rich” Agreement. In: KATO, M.; NEGRÃO, E. (eds.) *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Frankfurt am Main, Vervuert/ Madrid:Iberoamericana, p. 147-174, 2000.
- MODESTO, M. Topic Prominence and Null Subjects. In: BIBERAUER, T. (ed.). *The Limits of Syntactic Variation*. John Benjamins: Amsterdam, p. 375-406, 2008.
- NASCIMENTO, M. *Sur la postposition du sujet dans le Portugais do Brésil*. Tese de Doutorado – Université de Paris VIII, 1984.
- NEGRÃO, E.; VIOTTI, E. Brazilian Portuguese as a Discourse-Oriented Language. In: KATO, M.; NEGRÃO, E. (eds.) *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Frankfurt am Main, Vervuert/ Madrid:Iberoamericana, p. 105-125, 2000.
- NUNES, J. *O famigerado SE: uma análise sincronica e diacrônica do SE apassivador e indeterminador*. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas, 1990.
- NUNES, J. SE apassivador e SE indeterminador: o percurso diacrônico no português brasileiro. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 20, p. 33-57, 1991.
- OMENA, N. *Pronome Pessoal de Terceira pessoa: suas formas variants em função acusativa*. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1978.
- PAGOTTO, E. Norma e condescendência, ciência e pureza. *Língua e Instrumentos Linguísticos*, v. 2, p. 49-68, 1998.
- PAIXÃO DE SOUZA, M. C. *Língua Barroca: sintaxe e história do Português nos 1600*. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, 2004.
- PEREIRA, M. G. D. *A variação na colocação dos pronomes átonos no português do Brasil*. Dissertação de Mestrado - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1981.
- PERLMUTTER, D. Impersonal Passive and the Unaccusative Hypothesis. *Berkeley*
- PESETSKY, D. *Phrasal Movement and its Kin*. MIT Press: Cambridge, 2000.
- PETTER, M. Aspectos morfossintáticos comuns ao português angolano, brasileiro e moçambicano. *Pápiá – Revista Brasileira de Estudos Clássicos e Similares*, v. 19, p. 201-220, 2009a.
- PETTER, M. O continuum afro-brasileiro do português. In: GALVES, C.; GARMES, H.; ROSA RIBEIRO, F. *Caminhos da Língua portuguesa: Africa-Brasil*, Editora da Unicamp: Campinas, p. 158-173, 2009b.
- PILATI, E. *Aspectos sintáticos e semânticos da ordem verbo-sujeito no português*. Tese de Doutorado – Universidade de Brasília, 2006.
- PYLKKANEN, L. *Introducing Arguments*. MIT Press: Cambridge, 2002.
- RAPOSO, E. On the Null Object in European Portuguese. In: JAEGGLI, O.; SILVA-CORVÁLAN, C. (eds.) *Studies in Romance Linguistics*. Foris Publications: Dordrecht, p. 373-390, 1986.



- RAPOSO, E. Clitic Positions and Verb Movement. In: COSTA, J. *Portuguese Syntax: New Comparative Studies*. Oxford University Press: New York, p. 266-297, 2000.
- RAPOSO, E.; URIAGEREKA, J. Indefinite SE. *Natural language and linguistic theory*, n. 14, p. 749-810, 1996.
- REIS, F. *A perda da subida de clítico no português brasileiro*. Século XIX e XX. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas, 2011.
- RIBEIRO, I. *A sintaxe da ordem do português arcaico: o efeito V2*. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- RIBEIRO, I. Sobre os usos de ênclises nas estruturas subordinadas no português arcaico. *Estudos da Língua(gem)*, n. 8.1, p. 15-40, 2010.
- RIZZI, L. *Issues in Italian Syntax*. Foris: Dordrecht, 1982.
- RIZZI, L. Null Objects in Italian and the Theory of Pro. *Linguistic Inquiry*, n. 17, p. 501-557, 1986.
- RIZZI, L. The Fine Structure of Left Periphery of the Clause. In: HAEGEMAN, L (ed.). *Elements of Grammar*. Kluwer International Handbooks of Linguistics. Dordrecht: Springer, p. 281-337, 1997.
- ROBERTS, I; HOLMBERG, A. Introduction: Parameters in Minimalist Theory. In: BIBERAUER, T. et al. (eds.). *Parametric Variation: Null Subjects in Minimalist Theory*, Cambridge University Press: Cambridge, p. 1-57, 2010.
- ROBERTS, I. *Verbs and Diachronic Syntax*. Dordrecht: Kluwer, 1993.
- ROBERTS, I. Macroparameters and Minimalism: A Program for Comparative Research. In: GALVES, C. et al. (eds.). *Parameter Theory and Linguistic Change*, Oxford University Press: Oxford, p. 320-335, 2012.
- SALLES, H.; SCHERRE, M. Indirect Objects in Brazilian Portuguese and in English. In: NÚÑEZ-CEDENO, R.; LOPEZ, L.; CAMERON, R. (eds.). *A Romance Perspective on Language Knowledge and Use – Selected Papers from the 31st LSRL*, John Benjamins: Amsterdam/Philadelphia, p. 151- 165, 2003.
- SCHWENTER, S. *Null Objects across South America*. Selected Papers of the 8<sup>th</sup> Hispanic Linguistics Symposium. Cascadilla Proceedings Project: Somerville, p. 23-36, 2006.
- SILVEIRA, G. A realização do objeto indireto (dative) na fala de Florianópolis. Tese de Doutorado - Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.
- SOLEDADE, C. *A realização do objeto direto anafórico em peças de autores brasileiros dos séculos XIX e XX*. Dados empíricos para a observação de mudança no Português Brasileiro. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.
- TARALLO, F. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Editora da UNICAMP: Campinas, p. 69-106, 1993.
- TARALLO, F.; KATO, M. Harmonia trans-sistêmica: variação intra e interlingüística. *Preedição*, n. 5, 1989.
- TORRES MORAIS, M. A. Aspectos diacrônicos do movimento do verbo, estrutura da frase e caso nominativo no Português do Brasil. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Editora da UNICAMP: Campinas, p. 263-306, 1993.
- TORRES MORAIS, M. A.; BERLINCK, R. A. "Eu disse pra ele" ou "disse-lhe a ele: a expressão do dativo nas variedades brasileira e européia do português. In: CASTILHO, A.; et al. (orgs.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*, ed. 1, v. 1. Pontes/FAPESP: Campinas, p. 61-74, 2007.
- TORRES MORAIS, M. A. Conversando sobre o objeto indireto nulo no português brasileiro. *Estudos da Língua(gem)*, v. 8, p. 37-51, 2010.
- TORRES MORAIS, M. A. Sentenças Bitransitivas e Objeto Indireto no Português Brasileiro. *Linha D'Água*, v. 25, p. 25-50, 2012.

TORRES MORAIS, M. A.; BERLINCK, R. A. A caracterização do objeto indireto no português: aspectos sincrônicos e diacrônicos. In: LOBO, T.; et al. (orgs.). Para a História do Português Brasileiro: novos dados, novas análises, ed. 1, v. 6. EDUFBA: Salvador, p. 73-106, 2006.

TORRES MORAIS, M. A.; BERLINCK, R. A. Em busca do português paulista. In: TORRES MORAIS, M. A ; ANDRADE, M. L. (orgs.). História do Português Paulista - Série estudos, ed. 1, vol. 2. IEL Publicações: Campinas, p. 217-248, 2009.

URIAGEREKA, J. Aspects of the syntax of clitic placement in western Romance. *Linguistic Inquiry*, n. 26, p. 79-123, 1995.

CYRINO, Sonia; TORRES MORAIS, Maria A. (orgs.) *História do português brasileiro: perspectiva gerativista*. São Paulo: Contexto, 2018.